



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 36 - Nº 717 - DE 16 A 29 DE JUNHO DE 2024 - R\$ 5,00

Reunião do G-7 impulsiona as tendências bélicas **Confluem os fatores que ampliam e agudizam a crise mundial**

**É urgente organizar a luta
anti-imperialista e anticapitalista**

Governo Lula cede à oligarquia partidária que domina o Congresso Nacional

**Não há outra via para o governo de frente
ampla a não ser descarregar a crise sobre
a maioria oprimida**

**ESTÁ POSTA A TAREFA DE ORGANIZAR
UMA OPOSIÇÃO REVOLUCIONÁRIA AO
GOVERNO BURGUESES DE LULA**



***Responder ao genocídio do povo palestino ganhando
as ruas e organizando a frente única anti-imperialista***

***Todo apoio à luta dos trabalhadores argentinos
contra a ditadura civil de Milei!***

Confluência de fatores da crise mundial

A urgência da luta anti-imperialista e anticapitalista

Na primeira quinzena de junho, houve uma série de acontecimentos que indica a aceleração do ritmo dos conflitos e a ampliação das rachaduras políticas internacionais. O Estado sionista de Israel recrudescceu a matança na Faixa de Gaza; a aliança imperialista de apoio à Ucrânia retomou a ofensiva; os Estados Unidos apertaram sua guerra comercial com a China; as eleições para o Parlamento Europeu refletiram o fortalecimento da ultradireita; as eleições na África do Sul colocaram o CNA em uma situação difícil; e na Índia e México o continuísmo saiu enfraquecido e a disputa nos Estados Unidos entre democratas e republicanos se dá nos marcos de profunda decomposição da tão proclamada democracia norte-americana.

Esses acontecimentos se acham interligados pelos impasses do capitalismo que se acumularam desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Põem às claras que as forças produtivas chegaram a um patamar tão elevado que voltaram a se chocar com as relações capitalistas de produção. Movidas por essa contradição histórica, forçam passagem diante dos obstáculos oferecidos pelas fronteiras nacionais; e, nesse marco, se agudizam devido ao confronto de políticas protecionistas, fundamentalmente promovidas pelas potências que chefiam ou que têm grande influência sobre as forças produtivas mundiais.

Nas condições de baixo crescimento geral e de tendência à estagnação, se potencializam as crises econômicas e as forças produtivas se desintegram, obrigando as potências a romperem as fronteiras nacionais, a ampliar a sua dominação e a garantirem o saque das nações oprimidas. A própria burguesia não tem como ocultar a poderosa dissintonia das forças produtivas com as relações de produção e as fronteiras nacionais. Seus organismos publicam dados que refletem as contradições sobre as quais se assentam as crises recorrentes e seu curso de explosiva generalização.

A alta concentração de riquezas em posse de uma ultraminoria de capitalistas e países, de um lado, e a gigantesca massa de pobres, miseráveis e famintos, de outro, são consequências das relações capitalistas de exploração da força de trabalho e de opressão nacional. A revelação de que 3 mil bilionários controlam um patrimônio de US\$ 12 trilhões, correspondendo a 11,8% do PIB mundial e de que, dentre os 196 países apenas 76 abrigam tais bilionários, dão a exata dimensão das contradições fundamentais do capitalismo senil. Eis por que cresce constantemente a concentração de propriedade e de riqueza ao ponto de os 10% mais ricos se apossarem de 76% riqueza mundial, enquanto que aos 50% pobres restam apenas 2%.

Embora a monumental riqueza corresponda às forças produtivas altamente desenvolvidas, os Estados em todo o mundo se acham superendividados. A dívida alcançou, em 2023, a casa de US\$ 97 trilhões. Desde o ano 2000, o PIB mundial cresceu três vezes, enquanto que a dívida pública aumentou cinco vezes. A dívida dos países semicoloniais corresponde a 30% da mundial e, em termos absolutos, a US\$ 29 trilhões. O seu crescimento foi exponencial na última década. Em 2010, correspondia a apenas 10% do total da dívida mundial. A carga de juros esmaga as economias subservientes ao sistema regido pelas potências imperialistas, cujas dívidas também são altíssimas.

O superendividamento dos países semicoloniais bloqueia suas forças produtivas internas e potencia a crise estrutural. A quebra de um país como a Argentina é o caminho que está posto para 36 países considerados incapacitados a arcar com a sangria dos juros. Esse quadro retrata a superposição do capital parasitário em relação ao capital produtivo. Evidencia o saque imperialista das semicolônias. De forma geral, está na base do avançamento das forças produtivas e dos choques entre os Estados nacionais.

Em meio a essas contradições econômicas, projeta-se um setor amplamente vinculado ao parasitismo. Trata-se da indústria bélica e dos maciços investimentos aplicados pelas potências, tendo os Estados Unidos à frente. Estimam-se para 2024 gastos militares de 2,132 trilhões de dólares, ou seja, um incremento de 2,75%. Um punhado de multinacionais norte-americanas e europeias – não mais do que nove – terá assegurado uma alta lucratividade, quando a tendência geral é de queda da taxa média de lucro.

As guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza são sintomas de desintegração do capitalismo e de agigantamento do parasitismo finan-

ceiro. Os Estados Unidos financiam a guerra na Europa e no Oriente Médio. E o imperialismo europeu serve de auxiliar à política mundial do imperialismo norte-americano. Evidentemente, não se trata para o imperialismo apenas de impulsionar a indústria militar. O essencial se encontra na necessidade do capital financeiro e monopolista de romper as travas que se erguem nas fronteiras nacionais.

Embora a Rússia tenha invadido a Ucrânia, a motivação econômica reside na necessidade dos Estados Unidos e aliados europeus de se expandirem no território antes pertencente à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A manutenção da independência da Rússia está na razão direta de assegurar o controle das ex-repúblicas soviéticas, sendo a Ucrânia uma das mais importantes. O Estado sionista de Israel respondeu à operação militar do Hamas com o objetivo de avançar a anexação de toda a Palestina. O assalto à Faixa de Gaza e a ampliação da colonização na Cisjordânia implicam um conflito mais amplo no Oriente Médio. O acirramento da disputa de Taiwan pelos Estados Unidos com a China reflete a guerra comercial na Ásia. A confluência dessas guerras se manifesta sobre a base do esgotamento da partilha do mundo do pós Segunda Guerra Mundial.

Não há à vista um horizonte para se pôr fim à guerra na Ucrânia. E as pressões internacionais para se chegar a um acordo de cessar-fogo na Faixa de Gaza não foram suficientes para conter o expansionismo sionista. A comemoração dos 80 anos do chamado “Dia D”, em 6 de junho, foi utilizado pela aliança imperialista para demonstrar a unidade voltada a prolongar a guerra na Ucrânia e referendar a decisão de autorizar o governo Zelenski a atacar a Rússia em seu território. Na reunião do G-7, as potências aprovaram o confisco dos juros incidente nos US\$ 300 bilhões pertencentes à Rússia e congelados pela sanção imposta desde o início da guerra. São US\$ 50 bilhões destinados a prolongar a guerra e favorecer a indústria militar. Nesse âmbito, mais um pacote de sanções à Rússia foi anunciado para ampliar o cerco econômico e dificultar a sua indústria militar. As sanções, na realidade, se voltam também contra a China. Está prevista uma cúpula na Suíça para orquestrar a retomada do apoio ao objetivo de incorporar a Ucrânia na União Europeia e submetê-la à OTAN. A bandeira de paz do imperialismo é uma fachada para ocultar sua política de dominação.

As eleições do Parlamento Europeu confirmaram o fortalecimento da ultradireita e em suas entranhas a tendência nazifascista. A derrota do Partido Social-Democrata de Olaf Scholz na Alemanha e do partido Renascimento de Emmanuel Macron na França – as duas potências que centralizam a União Europeia – comprova o declínio dos social-democratas e do núcleo de centro-direita da política do imperialismo europeu. Apesar da ultradireita manter-se em minoria, não há como desconhecer que sua projeção se deve à profunda crise mundial, da ascensão das tendências bélicas e da política dos governos social-democratas de descarregar a desintegração do capitalismo sobre os explorados.

Aumenta e sobressai a responsabilidade das correntes que se reivindicam dos trabalhadores e, sobretudo, das que se dizem continuadoras do marxismo, leninismo e trotskismo. Nenhuma fração da burguesia, por mais que se pronuncie contra as guerras e advogue acordos de paz, tem como enfrentar as decisões do imperialismo, que encarna as guerras de dominação e as tendências bélicas. A ilusão no democratismo burguês e pequeno-burguês oculta as contradições históricas do capitalismo e as suas forças que empurram a humanidade à barbárie. As guerras em curso e a indicação das que poderão vir a ocorrer trazem à tona o programa da revolução social. O proletariado é a classe que retomará o curso das revoluções aberto em Outubro de 1917 na Rússia e constituição da URSS. Essa retomada já se prenuncia nas grandes manifestações anti-imperialistas em defesa do povo palestino. O que torna mais dramática a crise de direção revolucionária.

As experiências do passado e as do presente que ergueram o proletariado como classe revolucionária estão postas à luz do dia para a vanguarda com consciência de classe lutar pela construção dos partidos marxista-leninista-trotskistas e reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. Esse é o caminho para enfrentar o curso da barbárie que avança estrepitosamente. A classe operária, suas organizações e sua vanguarda estão diante da urgência da luta anti-imperialista e anticapitalista.

Mais uma derrota do governo Lula no Congresso Nacional

Organizar a classe operária e demais explorados no campo da independência política

Pôr em pé uma Oposição Revolucionária ao governo burguês de Lula

Enfrentar a direita e a ultradireita com o programa e os métodos de luta do proletariado

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, devolveu a Medida Provisória (MP) 1217/2024, que previa alteração no mecanismo de crédito do PIS (Programa de Integração Social) e Confins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), por um conjunto de empresas e pelos municípios. Os capitalistas são favorecidos pelo Estado por meio de um jogo tributário em que acumulam créditos provenientes do PIS e Confins, podendo descontá-los de outros impostos federais. Os municípios se encaixaram nesse processo justamente para fortalecer a posição desse setor empresarial, principalmente a agroindústria e exportadores. O mecanismo de “compensação cruzada” imbrica um importante montante de subsídios. Ao abater outros impostos com créditos promovidos pelo PIS e Confins, as empresas deixam de recolher para o Tesouro Nacional bilhões de reais. A MP concebida pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, desfaz a “compensação cruzada” e obriga os empresários favorecidos a recolherem impostos no valor estimado de R\$ 29,2 bilhões. A indústria, incluindo a agroindústria, se rebelou e conseguiu impor a derrota ao ministro Haddad.

Tudo indica que a devolução da MP acabou sendo o resultado de uma negociata do presidente Lula com Pacheco, presidente do Senado. No momento do anúncio, participou Jaques Wagner, PT, líder do governo. Segundo a imprensa, Lula ficou incomodado com a mobilização do empresariado, que tem em seu poder milhões de empregos e que poderão usar a arma das demissões. A fração da grande indústria que se vale do PIS e Confins ajudou Lula a derrotar Bolsonaro. A MP 1217 foi a alternativa encontrada no ministério da Fazenda para compensar a derrota da medida que previa o fim da desoneração da folha de pagamento implantada em 2011, justamente pelo governo petista de Dilma Rousseff.

A desoneração que livrou 17 setores empresariais de recolherem 20% da contribuição patronal sobre a folha de salários, substituindo-os pelas alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, provocou um rombo na Previdência, em favor da acumulação de capital. A contrarreforma da Previdência imposta pelo governo Bolsonaro se deveu, em certa medida, à desoneração da folha de pagamento. Esse favorecimento que deveria ser transitório se tornou definitivo. O acúmulo de vantagens fiscais a esses setores beneficiados nesses treze anos perfaz um montante significativo, que deveria ser demonstrado pelo governo Lula.

O fim da desoneração surgiu como uma medida para o governo cumprir com o arcabouço fiscal. Os vários setores da burguesia

Para manter a governabilidade, Lula terá de se sujeitar ainda mais ao poder da oligarquia que se sobrepõe ao Congresso Nacional e impede a centralização econômica nas mãos do Executivo. Essa é a fisionomia da democracia oligárquica à qual o nacional-reformismo se encontra adaptado e subjugado. Lula, apesar da retórica nacional-reformista, realiza um governo que se choca com as necessidades mais elementares da maioria oprimida, de um lado, e conflita com a fração burguesa que exige uma política econômica francamente anti-nacional e antipopular.

são quase unânimes em seguir as diretrizes do capital financeiro, que exige o corte de despesas, não aceita aumento de impostos e resiste a abrir mão de subsídios e privilégios.

O Congresso Nacional serve de caixa de ressonância dessa poderosa pressão sobre o governo Lula, que se submeteu ao arcabouço fiscal como substituto ao falido teto de gastos, montando no governo Temer. Para os credores da dívida pública, o governo ainda tem o recurso das privatizações. Os ataques contra o maior controle da Petrobras e o objetivo de retomar a influência do Estado sobre a indústria e comércio geral do petróleo foram e são parte da ofensiva sobre o governo de frente ampla para seguir a cartilha do radical liberalismo antinacional e antipopular. Os críticos da direita e ultradireita, agora fortalecidos pelos setores empresariais que se colocaram pela eleição de Lula, vêm se valendo da incapacidade do Executivo de ditar sua política ao Congresso Nacional.

Lula tem cedido os anéis para não perder os dedos. O esquema, que se denominou orçamento secreto, arquitetado nos governos Temer e Bolsonaro, foi substituído por um outro mecanismo que mantém o sistema de emendas parlamentares. O fato de garantir os bilhões de reais a serem distribuídos pelos ministérios, conhecido por RP2 (verbas dos ministérios), que tomou lugar do RP9 (emendas do relator do orçamento) de Bolsonaro, não mudou na essência a entrega de altos valores à oligarquia parlamentar que os utiliza para promover a politicagem, que inclui a corrupção.

As concessões do Congresso Nacional ao governo foram mínimas e correspondentes ao consentimento do grande capital. A enorme disputa política se dá em torno à resposta fiscal diante da gigantesca dívida pública. Nota-se que a reforma tributária continua à espera de regulamentação. Não vai resolver a contradição fundamental que se encontra no choque entre a dívida pública que se avulta e o baixo crescimento econômico. Os juros exorbitantes que protegem o capital financeiro são mantidos pelo Banco Central que não se ajusta à pretendida política econômica de Lula, que procura acomodar os interesses conflitantes da própria burguesia, incluindo os do imperialismo. Espera-se, com os dispêndios destinados à catástrofe do Rio Grande do Sul, o aumento do peso da dívida pública para o Tesouro Nacional e a restrição ainda maior à parte do orçamento voltada aos gastos que interessam à classe capitalista.

O essencial está em que no centro da crise econômica e política se encontra a dívida pública, que chegou a 76% do PIB, ou seja, a

R\$ 8,4 trilhões. O grande capital reclama a diminuição dos gastos obrigatórios para aumentar a margem dos gastos discricionários, ou seja, livres à aplicação de acordo com os interesses gerais da burguesia. No fundo, porém, advoga um superávit fiscal para sustentar o parasitismo da dívida pública que ocupa mais de 40% do orçamento da União. A redução dos recursos obrigatórios recairá sobre a educação, saúde, previdência e assistência social.

Se o governo obtivesse recursos, como pretendia no caso da desoneração da folha de salários e do fim da “compensação cruzada” do PIS e Confins, poderia cumprir a meta do arcabouço fiscal e arrastar a questão da dívida pública para frente. Ficaria um pouco aliviado das poderosas pressões do capital financeiro para que Lula acabe com os vínculos obrigatórios, incluindo o do reajuste do salário mínimo com a Previdência.

A derrota do governo na disputa política em torno à desoneração da folha de pagamentos e, agora, ao mecanismo do PIS e Confins, diminuirá, certamente, a margem de manobra do ministro Haddad e facilitará as pressões para que Lula acate as exigências do grande capital e, em particular, as do capital financeiro que saqueia o Tesouro Nacional explorando a dívida pública.

Lula foi eleito com a promessa de não descarregar a crise econômica sobre as massas trabalhadoras, como vinha fazendo os governos Temer e Bolsonaro. No entanto, mostrou-se incapaz de revogar as reformas, principalmente a trabalhista e previdenciária, teve de abraçar o projeto de reforma tributária já existente, limitar o reajuste do salário mínimo, manter o arrocho dos servidores federais, favorecer a casta de juízes e militares, bloquear as reivindicações do movimento camponês e indígena e rever as privatizações estratégicas, como a da Eletrobras.

Lula e o PT voltaram ao poder do Estado nos marcos de uma aguda crise do governo ultradireitista de Bolsonaro, mas limitados por uma pequena margem de manobra política que lhes impossibilita realizar uma diretriz econômica que tenha algum parentesco com a sua origem nacional-reformista. O terceiro mandato de Lula reflete mais claramente a adaptação do reformismo pequeno-burguês ao domínio da burguesia oligárquica e do imperialismo. As derrotas no terreno da política econômica indicam sua impotência diante das divisões interburguesas e do processo histórico de desintegração econômico-social do Brasil semicolonial.

Para manter a governabilidade, Lula terá de se sujeitar ainda mais ao poder da oligarquia que se sobrepõe ao Congresso Nacional e impede a centralização econômica nas mãos do Executivo. Essa é a fisionomia da democracia oligárquica à qual o nacional-reformismo se encontra adaptado e subjugado. Lula, apesar da retórica nacional-reformista, realiza um governo que se choca com as necessidades mais elementares da maioria oprimida, de um lado, e conflita com a fração burguesa que exige uma política econômica francamente antinacional e antipopular.

O destino do nacional-reformismo esteve marcado desde sua origem no âmbito do fim do regime militar e da retomada da democracia conduzida pela mesma burguesia que promoveu o golpe

de 1964, apoiada pelo imperialismo norte-americano. Não podia encarnar um movimento revolucionário de independência nacional e de reformas democráticas burguesas. Sua sujeição à oligarquia se daria no processo da crise estrutural do país que se manifestou plenamente nas décadas de 1950-1960. A sua importância para a classe capitalista e para o próprio imperialismo esteve e está determinada pela função política do nacional-reformismo de subordinar os explorados à conciliação de classes e, assim, à consolidação de uma nova burocracia estatizante organizada desde o final da ditadura militar.

Os sindicatos, as inúmeras centrais e os vários movimentos populares garantem aos governos da burguesia e, principalmente, ao de Lula, os desvios e bloqueios à luta de classes. Os partidos enraizados na burocracia sindical acabam estrategicamente seguindo Lula e impedindo que a classe operária constitua um programa próprio de reivindicações e expresse seus instintos de revolta por meio dos métodos da ação direta e da democracia proletária. Têm conseguido subordinar completamente a luta de classes à democracia oligárquica e às disputas eleitorais.

A demagogia lulista sobre o combate à desigualdade, o fim da miséria, a igualdade salarial entre homens e mulheres, o enfrentamento ao racismo e a proteção aos povos indígenas se desfaz diante da incapacidade de encontrar um caminho para a crise econômico-financeira. A sujeição aos interesses gerais do grande capital e do imperialismo tem obrigado o governo Lula a se manter no campo das contrarreformas estabelecido e consolidado pelos governos de Temer e Bolsonaro.

Na vida diária, a maioria explorada não vê diferenças fundamentais entre o bolsonarismo e o lulismo. Objetivamente, não houve uma ruptura na política econômica que privilegia os interesses da minoria exploradora em relação à maioria explorada. A burocracia sindical e os aliados de esquerda se mostram comprometidos com o continuísmo das contrarreformas. Os governistas não podem recorrer à mobilização dos explorados para responder ao poder da oligarquia burguesa e à política dos partidos de direita e ultradireita que controlam o Congresso Nacional.

As contradições do capitalismo em decomposição e das diretrizes das contrarreformas antinacionais e antipopulares, no entanto, se manifestam no seio da classe operária, dos camponeses pobres, dos indígenas e da juventude oprimida.

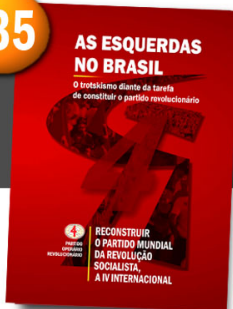
O programa de reivindicações e a estratégia revolucionária se potencializam objetivamente nas entranhas da crise econômica e política. Ganharão força social no movimento que se erga como Oposição Revolucionária ao Governo Burguês de Lula e combata a direita e a ultradireita burguesas. Nesse terreno de independência, a classe operária se colocará pela recuperação de seus sindicatos e se unirá como direção da maioria oprimida em torno ao programa de reivindicações e à estratégia da conquista do poder por meio da luta de classes. Essa é a linha que o Partido Operário Revolucionário vem desenvolvendo diante da caricatura do governo nacional-reformista.

Adquira com o distribuidor:

R\$ 35

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário



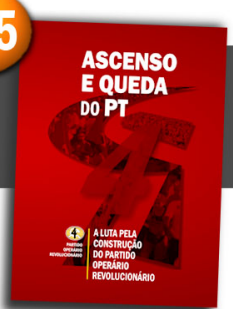
O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.

Adquira com o distribuidor:

R\$ 35

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário



Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.

Nova etapa da crise social no Rio Grande do Sul

*Não naturalizar a catástrofe que se abateu sobre os mais pobres e miseráveis
Somente com a organização dos trabalhadores independente dos governantes e dos
empresários, é possível impor um Plano de emergência próprio dos explorados*

Passado um mês e meio das inundações, com a retração das águas, abre-se uma nova etapa de defesa da vida de milhares de famílias desabrigadas, dos empregos e salários e da reconstrução econômica do estado. No momento das chuvas torrenciais, das enchentes dos rios e alagamentos do campo e das cidades, sobrevieram a tormenta das mortes de pessoas, dos desaparecimentos, dos desabrigados, das casas arrastadas pelas águas e dos animais se debatendo pela vida.

As cenas trágicas abalaram o país e chamaram a atenção em todo o mundo. Armaram-se as correntes de auxílios emergenciais, formaram-se corpos de voluntários, destacaram-se a procura das vítimas fatais, constituíram-se abrigos e abriram-se as portas das casas de famílias e amigos para receber os desabrigados. O governador Eduardo Leite pediu socorro ao governo federal e à população brasileira. A mobilização política se projetou. Iniciaram-se as discussões sobre os cálculos das perdas e prejuízos. O presidente Lula preparou coletivas, com governador Leite e o prefeito Melo. Veio à tona a questão da falência financeira do Rio Grande do Sul. Animou-se o debate sobre como aliviar o peso da dívida pública e como possibilitar ao estado gaúcho as condições financeiras de auxílio à população, de apoio ao empresariado e de sua reconstrução. Anunciaram-se a necessidade de bilhões de reais e de um prazo de anos para reerguer a economia e restabelecer a normalidade social. As autoridades chegaram a contratar instituições estrangeiras para avaliar os custos da reconstrução.

Lula criou uma Secretaria Extraordinária da Presidência da República de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul e escalou o ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência (Secom), Paulo Pimenta. Momento em que se acirraram as disputas políticas entre o governador e o presidente da República, entre PSDB e PT. O senador Aécio Neves questionou o sentido intervencionista e expôs as disputas eleitorais no ano de eleição municipal. Aparando as arestas da politicagem burguesa, Lula suspendeu o pagamento da dívida do Rio Grande do Sul com a União por três anos, bem como anistiou o pagamento dos juros.

Evidentemente, a devastação atingiu a maioria de pobres e miseráveis. O governo federal emitiu uma Medida Provisória (MP) que concede o "Auxílio Reconstrução" de R\$ 5.100,00 às famílias que tiveram suas casas destruídas. Quanto aos empregos e salários, Leite pediu medidas de flexibilização capitalista do trabalho, que consistiam em dar ao patronato o poder de reduzir a jornada mediante a redução de salário e quebra de direitos. Veio à tona a lei 14.437/22 de Bolsonaro aplicada no período da pandemia, que permitia cortar jornada e salário e utilizar o banco de horas e antecipar férias. Lula não poderia se apoiar em uma lei de seu principal opositor.



As centrais sindicais que aplicaram a lei bolsonarista na ocasião da catástrofe pandêmica, agora se socorreram de Lula para encontrar um outro caminho. A CUT-RS, federações e outras centrais consideraram um grande feito a MP que prolonga os acordos coletivos por quatro meses, garante recursos no valor dois salários mínimos, que serão pagos em duas parcelas de R\$ 1.412,00 e garantidos os empregos por quatro meses. Essa medida, no entanto, depende da aceitação do capitalista, que calculará as suas vantagens e desvantagens. A direção da CUT relatou que o ministro

do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, "pediu compreensão das empresas diante desse momento, para que as relações trabalhistas sejam respeitadas e mantidas durante a recuperação do estado". Como se vê, a "compreensão" dos exploradores da força de trabalho refletirá as vantagens.

O governador, por seu turno, prometeu entregar R\$ 2000,00 às famílias de "baixa renda". Trata-se do "auxílio-pix", que resultou da campanha de doação ao estado, cujo montante chegou a R\$ 120,9 milhões até o dia 5 de junho. O governador decidiu que menos da metade irá para os pobres e miseráveis que constam do cadastro único. O restante não se sabe, pelo menos por enquanto, o seu destino. Leite, certamente, vai manejá-los de acordo com suas relações políticas com os capitalistas e com camadas altas da classe média.

O prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, do MDB, deixou claro que não terá como resolver em curto prazo o problema das moradias destruídas e dos milhares de desabrigados. Reclamou que faltam condições para obter áreas de construção que dependem de compra ou de desapropriações. Anunciou a assinatura de um "convênio com o governo estadual para uma área em Porto Alegre". Batizou de "cidade solidária", prevendo abrigos para 4,5 mil desabrigados, dos 15 mil que perderam seus locais de moradia. O fato é que a prefeitura está até mesmo na dependência do Sistema S (Senai, Senac, Sesi etc.), que constitui uma instituição patronal com dinheiro público, para realizar obras de infraestrutura, segundo o próprio prefeito. Há denúncias de que a tal da "cidade solidária", antes chamadas "cidades provisórias", está sendo planejada para um local conhecido por Porto Seco em que existe depósito de lixo.

As medidas, de conjunto, que reúnem os programas federal, estadual e municipal, voltadas aos desabrigados, aos assalariados e aos pequenos negócios, como se vê, são limitadas. Centenas de famílias não receberão qualquer proteção. Depois de vinte dias de enfrentamento de condições desesperadoras, a avaliação era de que "seis em cada dez famílias de baixa renda" não havia recebido os "repasses e doações no Rio Grande do Sul", referentes ao auxílio-pix. A burocracia do cadastro se sobrepõe às necessidades

prementes de milhares de famílias arrasadas pela tormenta. Luciana Genro, deputada estadual pelo PSOL, denunciou que muitos ficaram de fora do auxílio por não estar no CadÚnico. E criticou a “composição do comitê formado pela definir os critérios de repasses das doações em dinheiro”, que “não passou por nenhum mecanismo democrático, nenhum representante eleito pela população votou”. Nessa impugnação à comissão governamental-empressarial, reflete as ilusões do PSOL em pretender uma organização democrática pela via institucional. O problema está em que as massas golpeadas pela tragédia e desesperadas não contaram com uma organização própria e independente que permitisse mobilizá-las por meio de assembleias e de constituição de comitês operário-populares. Nesse mesmo sentido, os mais atingidos e necessitados não tiveram como levantar um programa emergencial, para impô-lo aos governantes e aos grandes capitalistas.

O destino dos desabrigados ficou inteiramente a cargo de Lula, Leite e Melo, que por sua vez se rodearam dos politiquinhos e de todo tipo de interessados em se aproveitar da crise econômica e social. Iniciaram-se mobilizações, mas limitadas. Não puderam alcançar uma organização de luta devido à subordinação das direções sindicais e populares ao governo Lula. A avaliação da direção da CUT foi de que houve “uma vitória importante”, diante da “criação de um auxílio emergencial financeiro para os trabalhadores, a criação de uma Medida Provisória, que estenda para as áreas atingidas, a ultratividade dos acordos coletivos por 180 dias e a garantia da conservação dos empregos”. Essa avaliação típica da burocracia servil à política burguesa está longe de corresponder à extensão da tragédia social e de se contrapor aos interesses dos grandes capitalistas. Os interesses do capital se sobrepuseram às necessidades da maioria oprimida. Essa é a avaliação correta das medidas dos governantes.

Na segunda fase, que está se iniciando, ressurgiu a mesma questão: ou as famílias golpeadas, os assalariados e os pequenos produtores e comerciantes se insurgem contra as limitadas ações governamentais, ou terão de arcar com o peso da devastação e o aumento da pobreza e miséria. Tudo indica que o patronato fará um ajuste por meio de demissões, redução salarial e terceirização. A classe operária está diante da tarefa de defender não só os empregos e salários, como também um programa de emergência que corresponda às reais necessidades da maioria explorada.

O Rio Grande do Sul é o quarto estado da federação em importância econômica, detendo 6,5% do PIB nacional. É do interesse dos trabalhadores reerguer o mais rápido possível a economia do estado. Os empregos e os salários dependem dessa recuperação econômica. Certamente, essa é a mesma esperança dos pequenos e médios produtores, bem como dos pequenos e médios comerciantes. A questão está em que o processo está na dependência do grande capital. A busca de alta lucratividade se manifestará como um obstáculo à reconstrução que vise aos empregos e aos pequenos produtores. É urgente a mobilização da classe operária e dos demais trabalhadores para que influenciem e mesmo controlem o plano de obras que estará a cargo do Estado. A avaliação política do que se passou na primeira etapa da devastação nas cidades e no campo deve orientar a diretriz dos explorados na etapa de reconstrução.

A vanguarda com consciência de classe tem pela frente a luta para que os sindicatos e os movimentos rompam a sua subordinação às manobras governamentais e burguesas. A recuperação do estado deve se dar sobre a base da criação de empregos, de um salário mínimo vital e de reconstrução das moradias; sobre a base da reorganização e financiamento da pequena e média produção agropecuária. A luta pelo controle da reconstrução está posta desde já: ou ficará integralmente nas mãos dos grandes capitalistas e banqueiros, ou da classe operária em aliança com os pequenos e médios produtores. Essa é a base social que definirá o caminho da recuperação econômica do Rio Grande do Sul.

Desde os primeiros momentos da catástrofe climática, o Partido Operário Revolucionário se colocou pela organização de um movimento dos explorados, por sua independência política e por um programa próprio de emergência. O programa abaixo mantém sua vigência nessa etapa de reconstrução.

Programa de emergência dos explorados

- 1) Que o governo federal, Lula, e o estadual, Leite, cubram todas as necessidades das famílias que perderam suas casas e que ficaram sem uma fonte de subsistência;
- 2) Que todos os empregos sejam garantidos, com os respectivos salários e direitos trabalhistas;
- 3) Que se abra frentes de trabalho para os desempregados e subempregados terem um salário mínimo de acordo com as necessidades fundamentais;
- 4) Que se abram refeitórios públicos e gratuitos enquanto existir desabrigados e famílias sem recursos;
- 5) Que se concedam passes de transporte gratuitos enquanto estiver vigente o estado de emergência;
- 6) Que o auxílio emergencial já estabelecido pelo governo seja controlado por um comitê operário e popular de defesa da vida dos assalariados, dos pequenos agricultores, comerciantes e de serviços
- 7) Que se reconstruam prioritariamente hospitais e escolas;
- 8) Que os enfermos sejam atendidos gratuitamente nos hospitais privados, que devem se colocados sob regime de emergência para atender toda a população.

A responsabilidade das centrais, sindicatos e movimentos:

- a) Que os sindicatos convoquem as assembleias para discutir e aprovar o plano de emergência dos trabalhadores e organização dos comitês operários e populares.
- b) Que as assembleias organizem uma campanha em todo o estado do Rio Grande do Sul;
- c) Que exijam das centrais e dos movimentos a realização de uma campanha nacional de luta;
- d) Que as centrais convoquem um dia nacional de luta em defesa do programa emergencial para os Rio Grande do Sul e de um programa geral em defesa dos empregos, salários e direitos, com paralisações, bloqueios e manifestações.

R\$5

Adquirar com o distribuidor de Massas:

Capitalismo e destruição da natureza
Extratos Marx e Engels

POR Partido Operário Revolucionário **4 MASSAS**

Lula ataca a Greve da Educação Federal e dá carta sindical ao Proifes

Ampliação de investimento e custeio propagandeada por governo em reunião com reitores é ultralimitada e será paga com as perdas salariais e de direitos dos servidores

No dia 10 de junho, Lula se reuniu com os reitores das Universidades e dirigentes dos Institutos Federais. Negou a participação dos grevistas da Educação Federal, embora tenha usado o evento para propagandear promessas e incitar estudantes e trabalhadores do país contra o movimento. A fala de Camilo Santana exaltou a liberação de recursos e grandes planos de obras e expansão da rede federal de educação. De concreto, mesmo, sobrou pouca coisa.

Em relação ao orçamento discricionário, o governo requeitou a notícia de maio da devolução de R\$345 milhões cortados do orçamento para 2024 e adicionou mais R\$400 milhões, dos quais R\$279 milhões são para as universidades e 120 milhões para os Institutos. Um valor emergencial, considerando a gravidade da situação que tem levado à demissão de terceirizados e riscos de não pagamento de contas de água e energia elétrica. A reivindicação de recomposição feita pelos reitores das Universidades Federais foi de R\$2,5 bilhões para 2024. Caso se exigisse a equiparação com o orçamento de 2013, com a correção da inflação, seria necessária a suplementação de 8,5 bilhões, só para as universidades, sem considerar os institutos federais. O valor liberado, não dá nem, em alguns casos, para a recomposição de uma única universidade. Se fosse para equiparar o orçamento da UFPE com o que era recebido em 2013, seriam necessários R\$329 milhões. Isso, em um quadro de ampliação de instituições e de aplicação de cotas étnico-raciais, sociais e para pessoas com deficiência, que deveriam ser acompanhadas de ampliação de recursos para se garantir a permanência.

Com a distribuição de R\$279 milhões para 69 universidades, algumas receberão apenas R\$1 milhão, outras um pouco mais. A estimativa do reitor da UFPE, por exemplo, é de apenas R\$8 milhões, o que é R\$1 milhão abaixo da necessidade de pagamento dos contratos com água, energia elétrica e terceirizados. O orçamento estrangulado há mais de uma década faz com que prédios das instituições de ensino estejam literalmente desabando. A precarização é a regra. A atual liberação de recursos é fruto da denúncia promovida pela greve, mas ainda é muito pouco. E a promessa de expansão se dá sem nenhum controle democrático das comunidades universitárias e escolares, vem de cima para baixo, favorecendo interesses oligárquicos/ privados.

O governo faz um ilusionismo com dados, mais uma vez, assim como em sua proposta de reposição salarial parcial com alterações na carreira. Anunciou o PAC da Educação como peça de marketing político. Somou à promessa de 100 novos campi de Institutos federais (R\$ 3,9 bilhões até 2026), dez campi de Universidades, hospitais da Ebserh e obras de mitigação da ausência de estrutura resultante da anterior expansão precarizada, totalizando R\$5,5 bilhões. Alguns desses valores de obras já haviam sido anunciados para as reitorias. Junta-se, portanto, valores já anunciados e promessas, que em tempos de arcabouço fiscal podem nem mesmo sair do papel. Nunca é demais lembrar que, por dia, o governo pagou R\$ 5,2 bilhões, em 2023, para juros e amortizações da dívida pública. O que o governo promete investir em quatro anos de governo nas IFEs, nem chega a dois dias de remuneração dos credores da dívida pública, que parasitam as riquezas nacionais.

Apesar de a fala da presidenta da Andifes e do dirigente do CONIF reconhecerem a legitimidade do movimento grevista, Lula fez um sermão condenando os dirigentes da greve. Apresentou a proposta do governo como irrecusável, acusou o movimento de ser intransigente e incitou os dirigentes sindicais a terem a coragem de



acabar com a greve. Ameaçou que se insistirem no “tudo ou nada” podem sair sem nada. Ignorou que a greve continua em expansão, sete novas universidades entraram em greve desde a assinatura do acordo com o Proifes, totalizando 64 Instituições de ensino com greves de professores (ANDES), além de 66 universidades com greves de técnicos administrativos (TAEs) (FASUBRA) e 540 campi de Institutos federais com professores e TAEs (SINASEFE). A greve pode e deve continuar. Nada do que foi anunciado responde significativamente às reivindicações que motivaram a greve.

Por trás da inflexibilidade do governo está o percurso de adaptação do PT à política burguesa. Para garantir as metas do novo arcabouço fiscal e sustentar dívida pública, o governo Lula/Alckmin precisa manter o arrocho salarial do funcionalismo público. Sem conseguir ampliar as receitas significativamente, o que exigiria retirar privilégios de setores do grande capital, o governo precisa cortar as despesas, por isso planeja acabar com pisos constitucionais da saúde e educação, fazer uma nova contrarreforma previdenciária, desvinculando o valor das aposentadorias do salário mínimo. A greve é objetivamente uma trincheira em defesa dos serviços públicos, dos salários, dos direitos e da Educação Pública. Para que essa trincheira se fortaleça, é preciso ampliar a unidade entre as categorias em greve e abranger as lutas em curso contra a privatização e militarização, nos estados.

Governo dá carta sindical ao Proifes

Quem deve reconhecer a legitimidade de um sindicato são os trabalhadores. Porém, há quase um século teve início o processo de estatização das organizações sindicais no Brasil. Os primeiros governos do PT aprofundaram essa estatização, subordinando as centrais sindicais e, ainda, agindo para atacar os sindicatos que mantiveram uma postura independente. Em 2004, o governo Lula suspendeu a carta sindical do ANDES (recuperada em 2009) e, nos anos seguintes, agiu para criar o PROIFES, federação artificial, gestada por meio de golpes e falcaturas e que, hoje, excluindo um punhado de sindicatos e associações fantasmas, agrega cinco sindicatos de universidades e um de Instituto federal. As bases desses sindicatos estão em rebelião contra a direção do Proifes.

No dia 27 de maio, o governo deu um golpe no movimento, assinando um acordo com o Proifes. O maior sinal de que o acordo não teve validade foi dado pelas bases. As assembleias rechaçaram o ultimato do governo e novas universidades aderiram à greve. Onze seções sindicais do Andes entraram com ações judiciais contra o Proifes. Uma dessas ações resultou em uma decisão de primeira instância, de um juiz de Sergipe, considerando o acordo inválido, sobretudo em virtude da ausência de carta sindical. O Sinasefe também havia conquistado uma decisão impedindo o Proifes de assinar acordo em nome dos docentes do Sinasefe. Dez dias depois da farsa, o Ministério do Trabalho e Emprego agraciou o Proifes com seu reconhecimento pelos serviços prestados. Cinca-

mente, o burocrata traidor que dirige a federação alegou tratar-se de uma coincidência. A carta, evidentemente, não dá o poder de representação sobre o conjunto do movimento docente. O governo age para dar sustentação a essa federação em um momento em que as suas próprias bases se erguem para sepultá-la. Em 17 de junho, a assembleia de docentes da UFRN pautará a desfiliação e na UFBA docentes gritaram em coro “Fora Proifes”.

Governismo e eleitoralismo das direções sindicais são um freio ao movimento

Dentro do ANDES-SN, desde o dia 25 de maio, ganhou visibilidade a frente entre a diretoria (PSOL e PCB) com o Renova Andes (PT) para rebaixar as reivindicações da greve e facilitar ao governo o encerramento. A operação foi feita por cima das assembleias de base e resultou no protocolo de uma contraproposta. No Sinasefe, havia disposição da maioria da diretoria e do CNG de aceitar 0% em 2024, mas as bases rechaçaram, embora a Plenária Nacional tenha aprovado uma outra proposta de redução das reivindicações. A Fasubra submeteu sua contraproposta às assembleias, que acabaram aceitando.

Há um grande esforço das direções em minar o movimento por meio da canalização ao parlamento e à virtualidade, com tuitos e “chuva de e-mails”. Nos moldes do pior sindicalismo possibilista, a linha do PSOL e PT no Andes resultou em uma carta aos parlamentares mostrando o quanto sua proposta rebaixada é “viável” por diferenciar muito pouco da proposta do governo, em termos de montante orçamentário. Essas direções têm urgência em acabar com o movimento para poder se dedicar a suas campanhas eleitorais. O prolongamento, com ataques cada vez mais fortes do governo, quebra ilusões de setores honestos do movimento docente e desgasta a figura de Lula, que será usada nos santinhos do PSOL e PT. O Renova Andes (PT), que é oposição no interior do Andes, tem se colocado contra o Proifes e feito críticas públicas ao governo, se reposicionando perante uma categoria profundamente decepcionada com Lula.

A extrema direita, de forma oportunista, tenta se apoiar na greve para ampliar o desgaste do governo. Em audiência na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, Nikolas Ferreira (PL) e outros direitistas vocalizaram a reivindicação de atendimento das reivindicações e cobraram a convocatória da ministra Esther Dweck. A melhor forma de denunciar o oportunismo da ultradireita é

ampliar a unidade dos que lutam em defesa da Educação e seguir firme na independência de classe e ação direta. É preciso exigir das centrais e sindicatos um grande dia nacional de lutas em defesa da Educação, contra as privatizações, em defesa dos empregos, direitos e salários, que centralize as greves e lutas em curso nos municípios e estados.

No dia 03 de junho houve atos em todo o Brasil, inclusive com fechamentos de rodovias em Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe e trancaço em universidades e institutos federais. No dia 11, quando a greve dos técnicos administrativos (TAEs) completou três meses, houve bloqueios de rodovias e avenidas, a exemplo da Avenida dos Estados, no ABC paulista e Cabo de Santo Agostinho-PE. Em outros estados houve marchas e outros tipos de mobilização. Nessa mesma data, houve uma reunião do governo com os TAEs, onde ampliou-se muito pouco as propostas e se inflou o anúncio com muitas promessas remetidas a comissões. Apesar das vacilações das direções, desde a deflagração, as bases seguem impulsionando o movimento. Segue o desafio de fortalecer a unidade e os métodos de ação direta e intensificar a luta até o atendimento das reivindicações!

A CPE/POR tem atuado nas bases do Andes, Fasubra e Sinasefe defendendo a unidade entre as entidades da Educação Federal por meio de um Comando Nacional Unificado, com delegados eleitos nas bases, assim como comandos unificados nos estados. Precisamos projetar a greve para fora das instituições de ensino. A unidade com os estudantes, que estão aprovando greves estudantis em cursos, universidades e institutos federais, é fundamental para massificar o movimento e quebrar o corporativismo, que divide e enfraquece o movimento.

Pela recomposição imediata das perdas salariais e do orçamento das Universidades e Institutos!

Fortalecer a unidade! Pela constituição de um Comando Nacional Unificado, com delegados eleitos nas bases! Unificar as mesas de negociação das categorias em greve para aumentar a pressão sob o governo!

Exigir a derrubada do projeto de Reforma Administrativa!

Pela revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciária, Novo Ensino Médio e todas as legislações e normas que retiram direitos!

São Paulo – ABC

Bloqueio na Avenida dos Estados

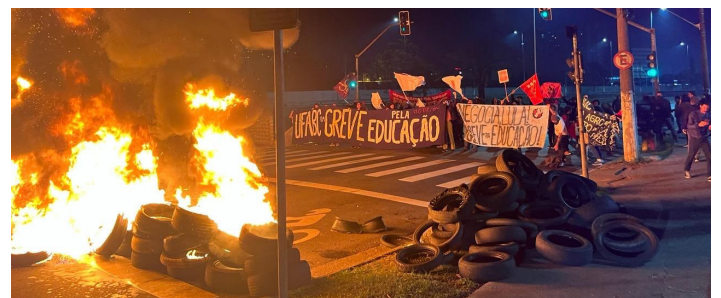
Cerca de 70 ativistas, estudantes e trabalhadores da UFABC realizaram o bloqueio da Avenida dos Estados sentido São Paulo, em região próxima ao campus Santo André. A manifestação ocorreu no amanhecer de 11 de junho, no dia em que a greve nacional dos técnico-administrativos em educação completou três meses e que ocorreu uma nova reunião de negociação com o governo e no dia seguinte às declarações antissindicais de Lula em evento promovido com os Reitores.

O bloqueio com barricadas e queima de pneus durou duas horas, gerando trânsito local e repercussão nos meios de comunicação. A transmissão ao vivo pela Globo ajudou a projetar o movimento. Durante o protesto, os manifestantes gritaram palavras de ordem e distribuíram um panfleto com as reivindicações da greve. O POR interveio com bandeiras, pirulitos, panfletagem e fala no carro de som.

Realizada a partir da orientação do Comando Nacional de Greve da FASUBRA, a ação foi articulada pelo Comando Local de Greve do SinTUFABC e pelo DCE UFABC e se destacou pela sua combatividade e projeção. Nacionalmente, também houve outros

bloqueios e marchas em diversos estados, como SC, RS, RJ, MG, MT, PA, PB, PE e SE, além da jornada de lutas em Brasília.

Essas ações demonstram a possibilidade de construir uma greve ativa, baseada no método da ação direta coletiva. A tarefa colocada é a de superar o isolamento da greve, que se limita à educação, e a passividade imposta pelas direções colaboracionistas. Esse é o caminho para quebrar a intransigência do governo.



Pernambuco

Marcha no Recife em defesa da greve da Educação

Na tarde do dia 11/06, técnicos administrativos educacionais (TAEs), docentes e estudantes marcharam pelas ruas do centro do Recife, integrando uma jornada nacional de lutas. Grandes faixas e palavras de ordem comunicavam à população os motivos da continuidade da greve do IFPE, UFPE e UFRPE. A concentração foi na Praça do Diário e o trajeto passou pelas pontes de ferro e Duarte Coelho. O encerramento se deu em frente ao Edifício Trianon, onde deve funcionar um dos cem Institutos Federais prometidos pelo governo Lula. Os manifestantes exigiram que a expansão da rede federal seja acompanhada reposição salarial e mais orçamento para garantir condições adequadas de trabalho e estudo. O ato foi convocado junto com a coordenação do Grito dos Excluídos – Recife.

Fala do POR no Grito da Educação em Recife, 11 de junho

Venho falar da necessidade da unidade. Infelizmente, apesar de uma greve forte, ainda estamos numa greve que é apenas da rede federal da educação, Ainda estamos sendo isolados pelas centrais sindicais. A gente está pautando, além da nossa pauta salarial e o orçamento para as universidades federais e institutos federais, a gente também pauta a revogação das contrarreformas, que tanto nos ferem. E ferem principalmente a juventude. Por isso é urgente que as centrais sindicais, que outros sindicatos convoquem suas plenárias, suas assembleias. Convoquem com o chamado de greve.

É necessário que a gente responda ao desaforo do governo de ontem, nas ruas, parando toda a produção. Governo nenhum tem que dizer que dirigente sindical tem que vender a nossa greve, não. Quem tem que dizer até onde a nossa greve vai é a gente, na nossa assembleia.

O fortalecimento da nossa greve depende da unidade com os demais explorados. Que a CUT, a Conlutas, a União Nacional dos Estudantes, União Brasileira de Estudos Secundaristas (UBES), todas essas entidades convoquem amplamente todos os explorados para que juntos nós arranquemos a nossa pauta salarial. Arranquemos o orçamento necessário e derrubemos o zero por cento. Somente com a unidade nós derrubaremos a reforma trabalhista, reforma previdenciária, novo ensino médio, leis de terceirização, além disso, a ameaça de reforma administrativa, que fere a estabilidade e destrói os serviços públicos.

Por isso, companheiros, que esse ato mexa com os outros sindicatos. Um ato que incomode e que mostremos para o governo que, hoje e no dia 14, nossa greve permanece, continua forte.

Fala da CPE/POR no grito da educação

Vou fazer minha fala em nome da Corrente Proletária na Educação, do Partido Operário Revolucionário, analisando esse nosso momento da greve. Estamos há três meses no início da greve

dos pais, dois meses da greve do Sinasefe, completando dois meses também da greve dos professores universitários.

Esse é um momento importante da nossa greve. Ela tem o significado de estar em confronto com o pilar da política econômica, que na verdade foi a política econômica do Temer, do Bolsonaro, e que infelizmente o governo está dando continuidade, que é a política de dar todo o privilégio para o capital financeiro.

Essa greve, que é em defesa dos salários, que é em defesa dos direitos, é uma greve em defesa da educação pública, é uma greve em defesa do direito de estudar. E nós não vamos aceitar migalhas.

Ontem, o que o governo nos ofereceu é muito pouco diante das nossas reivindicações. Ele disse que a proposta dele é irrecusável. Isso é mentira. Essa proposta foi recusada por todas as assembleias do Brasil inteiro.

E por que foi recusada? Porque mantém zero para 2024. E todo trabalhador e trabalhadora merece a reposição salarial. Essa proposta é inaceitável, porque ele ofereceu ontem, tirando as promessas, mais 400 milhões para todas as universidades e IFs do Brasil. Isso aí mal cobre o rombo da UFPE. Se a gente quiser igualar com o orçamento de 2013. E também, nós não podemos aceitar que continue sendo implementada a reforma do ensino médio, que é terrível para a juventude e para a educação básica. Não podemos aceitar que continuem descontando dos aposentados o dinheiro depois que eles já contribuíram a vida toda. Por isso essa luta tem que continuar.

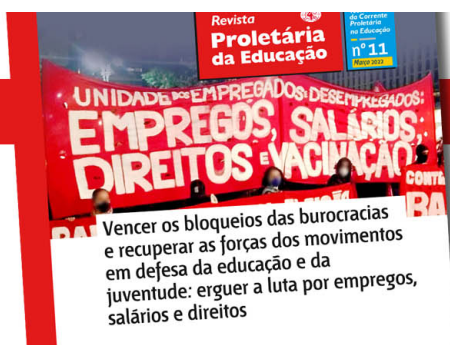
Mas o caminho da continuidade é a unificação. Unificar com os companheiros do Paraná, que têm lutado contra o governo privatista do Ratinho Júnior. Unificar com os companheiros de São Paulo, que tem contra o governo militarista do Tarcísio. Unificar com os trabalhadores do metrô, que estão aqui lutando contra a privatização.

Com os trabalhadores do IBGE, que estão dizendo que vão entrar em greve. Com os trabalhadores do meio ambiente, que estão sinalizando também que vão entrar em greve. A nossa greve é forte. A nossa greve está em expansão. Nem o governo e nem ninguém vai dizer pra gente quando acabar.

Antes de nós, professores, entrarmos, [o governo] falou, em 10 de abril: “se entrar em greve, não negocio”. E o movimento entrou em greve. Em 27 de maio, ele armou uma farsa com o Proifes. Uma federação que não representa ninguém. Assinou um acordo com o Proifes e deu um ultimato. Falou: “a greve acabou”. Mas as assembleias disseram: “a greve continua”.

Ontem o governo falou que os dirigentes têm que baixar a cabeça. E ter a “coragem” de ser covarde e para acabar com um movimento forte. E a gente vai continuar dizendo que o movimento continua. E não é que continua pra sempre não, presidente. Continua até você atender as nossas justas reivindicações.

Viva a greve da educação federal!



Revista Proletária na Educação

n° 11
Março 2022

As contrarreformas estão em pleno processo de aplicação nos estados e municípios, piorando sensivelmente a situação de vida dos trabalhadores em geral, e os da educação em especial. A Pandemia acentuou todos os problemas. Configura-se um cenário de destruição e de pesados ataques por parte da burguesia contra os explorados. E é justamente essa situação geral que se pretende refletir na 11ª edição da Revista Proletária

Rondônia

Greve dos federais no estado de Rondônia

A greve mostra a necessidade de uma direção classista e combativa

A greve dos servidores da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e do Instituto Federal do Estado de Rondônia (IFRO), apesar de ter uma boa adesão de trabalhadores que cruzaram os braços, já em termos de participação dos grevistas nas manifestações e demais atividades em todo estado tem se dado timidamente. O comparecimento dos grevistas nas assembleias, nos atos e manifestações ainda tem sido pequeno. Mas tem sido importante as manifestações conjuntas entre os trabalhadores da educação da Unir e do IFRO. Os dirigentes dos sindicatos locais seguem as pautas nacionais, mas são incapazes de organizar a base para fortalecer uma luta consequente que mobilize para as manifestações massivas, que possam ganhar força com apoio dos demais segmentos em luta.

No campus da capital, tem diversos cursos que paralisaram totalmente, outros paralisaram parcialmente, porém, apesar da adesão da maioria a visibilidade não corresponde a essa realidade em decorrência do não comparecimento das ações indicadas pelo calendário da greve.

A Adunir, que é o sindicato dos professores da UNIR, está sob

a direção maoísta, petistas e de revisionistas do trotskismo. O DCE também é controlado pelos maoístas e independentes. Essas direções têm se mostrado incapazes de mobilizar as bases dos dois segmentos da universidade em greve.

Um dos grandes obstáculos da greve vem desde o período da pandemia, que se caracterizou pela ausência de manifestações de rua e limitando-se às assembleias remotas. Esse mesmo método imobilista persiste no decorrer desta greve.

A Corrente Proletária/POR tem feito intervenções na greve com boletins, manifestos e bancas de divulgação de materiais do partido. E trabalhado para fortalecer a greve e romper o imobilismo das direções. É por meio da experiência e da luta política que o setor grevista mais avançado caminhará no sentido da organização independente e da constituição de uma direção classista e revolucionária. No momento, trata-se de manter a resistência grevista diante da inflexibilidade do governo Lula, o que depende da luta nacional contra as tendências das direções conciliadoras que procuram retroceder o movimento.



NOSSA CLASSE

*Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!*

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XX - Junho de 2024

 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas



Política Operária - Nossa Classe quinzenal, Junho

Preparar a campanha salarial desde já!

Pela convocação imediata de uma assembleia geral democrática!

Pela reposição integral da inflação mais aumento real!

Por um piso salarial igual ao salário mínimo vital, suficiente para manter os trabalhadores e suas famílias!

As direções sindicais disseram que o primeiro ponta pé da campanha salarial foi dado com a entrega da pauta de reivindicações ao patronato. Aprovaram como tema da campanha os dizeres: 'Unidade e Luta - Vamos Conquistar a Nossa Parte'. Lamentaram que no ano passado não conseguiram chegar a um acordo com alguns grupos patronais, por isso, querem uma campanha diferente. Concluíram falando que na próxima semana iniciarão as assembleias por fábrica.

Companheiros (as), essas choradeiras das direções sindicais se repetem todos os anos. A verdade é que as campanhas salariais têm sido desastrosas, porque os salários mal conseguem ser reajustados pela inflação. Para se ter uma ideia do quanto nosso salário é uma miséria, segundo o Dieese, o salário mínimo vital, para uma família de quatro pessoas deveria ser de R\$ 6.890,00. A defesa do emprego por meio da redução da jornada sem redução dos salários e do salário mínimo vital é fundamental. Com essa defesa devemos aprovar o fim das terceirizações, através da efetivação de todos os terceirizados. Esse é um problema que atinge todas as fábricas e um grande número de metalúrgicos. Também não pode-

mos deixar de lado a luta pela revogação das reformas trabalhista e previdenciária.

Certamente, uma campanha salarial que contenha essas reivindicações necessita ser amplamente discutida e preparada desde as fábricas. As assembleias para isso precisam ser democráticas para que diferentes opiniões possam ser expressas e depois votadas pelos trabalhadores. As assembleias controladas pelos dirigentes sindicais, onde somente eles têm o direito de falar e apresentar propostas, está contramão de uma verdadeira campanha salarial. Já está claro que os patrões não estão dispostos a oferecer nada aos trabalhadores. Ao contrário, querem continuar tirando o couro dos trabalhadores.

O Boletim Nossa Classe mostra que temos todas as condições para realizar uma grande campanha salarial. Para isso, as assembleias devem ser democráticas e estar voltadas à organização da greve geral dos metalúrgicos e demais setores, pela reposição salarial, emprego a todos, fim da terceirização e revogação das contrarreformas trabalhista e previdenciária. Unidade grevista para combater a intransigência dos patrões. Esse é o caminho que nos leva à vitória.

Todos ao ato contra as privatizações dia 20/06, às 17 horas, no Masp!

O Partido Operário Revolucionário, junto com outras organizações políticas convocamos os trabalhadores a participarem do ato contra a privatização da CPTM, do Metrô e da Sabesp e demais estatais, que o governo ultradireitista de Tarcísio de Freitas pretende entregar para o capital privado lucrar bilhões, com a demissão dos trabalhadores, aumento do preço das passagens e da água, terceirização e precarização dos serviços, como aconteceu com a privatização das linhas 8 e 9 da CPTM. Para implementar seu plano privatista, o governador Tarcísio conta com apoio e financiamento do governo Lula que, através do BNDES, liberou R\$ 10 bilhões para o governo de São Paulo que certamente vai servir às privatizações. A luta contra as privatizações e a terceirização é nacional e de todos os trabalhadores.

A terceirização está acontecendo em todos os setores da economia. As privatizações, por sua vez, ocorrem em todo o país.

O Boletim Nossa Classe convoca os operários e demais trabalhadores a defenderem no ato do dia 20 de junho que as centrais e sindicatos organizem uma campanha nacional pelo fim das privatizações, pelas reestatizações e pelo controle operário da produção. Que defenda o fim da terceirização e pela efetivação de todos os terceirizados. O Boletim Nossa Classe defende que as centrais e sindicatos rompam com o governo burguês de Lula e que se coloquem no campo da independência política. É por meio da luta de classes e da organização independente que nós trabalhadores defendemos as estatais, os empregos e os salários.

Marcha das centrais a Brasília Por que os sindicatos e centrais não defendem emprego a todos e um salário mínimo vital?

A CUT e demais centrais realizaram uma marcha a Brasília no dia 22 de maio. “Emprego decente, redução de juros”, eram algumas das reivindicações defendidas pelas centrais e entregues aos ministros do governo burguês de Lula, ao presidente da Câmara e do Senado e ao STF. Foi uma marcha abertamente governista, realizada para os burocratas fingirem que estão fazendo luta. A pauta das centrais, se estivessem realmente em defesa dos trabalhadores, deveria ser: Fim das reformas trabalhista e previdenciária e da lei da terceirização, aprovadas por Temer e Bolsonaro e mantidas pelo governo Lula. As centrais deveriam defender a reivindicação de salário mínimo vital, suficiente para manter os trabalhadores e suas famílias; a luta pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, em defesa de emprego a todos; a expropriação dos latifundiários e da agroindústria; a nacionalização das terras, sem indenização, e sua entrega aos camponeses pobres que nelas trabalham. Nada disso os burocratas defenderam. Ao contrário. Os burocratas que falam defender “emprego decente”, são os mesmos que fazem acordos de terceirização e que não organizam a luta contra a cobrança de imposto de renda sobre os salários. Salário não é renda!

O Nossa Classe convoca os operários e demais explorados a não terem nenhuma ilusão nos governos burgueses, e a exigirem que os sindicatos e centrais rompam com o governo Lula e convoquem, imediatamente, um Dia Nacional de Luta, com paralisações

e bloqueios, como preparação de uma greve geral, em defesa dos empregos, salários e direitos.

Rio Grande do Sul

A defesa da família trabalhadora é dever das centrais, sindicatos e movimentos Por um programa de emergência próprio aprovado pelas assembleias e comitês Pelo controle operário e popular das medidas governamentais

O Boletim Nossa Classe tem participado da luta da população do Rio Grande do Sul mais atingida pela catástrofe. Depois da tragédia provocada pelas inundações, vêm as terríveis consequências para as camadas mais pobres e miseráveis. As medidas do governo Lula ainda não mostraram sua eficácia prática. O auxílio de R\$ 5100,00 para reconstrução das habitações das famílias desalojadas ou desabrigadas não resolverá o estrago. E não se sabe ainda como o auxílio chegará efetivamente às famílias. Os assalariados estão diante da possibilidade de demissões em massa. O governo federal editou uma Medida Provisória que estabelece um auxílio de duas parcelas do salário mínimo àqueles atingidos pela inundação. Pede aos empresários que garantam os empregos por quatro meses. O governador Leite queria uma medida que liberasse os capitalistas de diminuir a jornada, reduzindo salários e eliminando direitos. A solução de Lula, como se vê, estabelece apenas um compromisso formal de garantia de empregos por quatro meses. Está claro que virão as demissões, o banco horas, o lay-off etc. A CUT e demais centrais estão apoiando a Medida Provisória de Lula como se de fato defendesse os empregos e salários.

O Boletim Nossa Classe luta pela manutenção de todos os empregos, salários e direitos. Está colocado o Plano de Emergência que abra frentes de trabalho aos desempregados e subempregados. Que nenhuma família tenha desempregados. Que o plano de reconstrução das obras públicas esteja sob o controle da classe operária e demais trabalhadores. Para isso, é preciso que se convoquem as assembleias e formem comitês de defesa dos explorados desde as fábricas até os bairros. Somente com a organização independente e de luta é possível defender a vida da maioria explorada.

8 meses de guerra na Faixa de Gaza. Pelo fim do genocídio na Palestina!

Após mais de 70 anos, a colonização sionista chega ao seu auge com a segunda ocupação militar da Faixa de Gaza, cujos sinais de genocídio são inconfundíveis. Os Estados Unidos não só patrocinaram a artificiosa criação do Estado de Israel como passaram a controlá-lo com o financiamento de bilhões de dólares anuais e com o fornecimento de armas.

As manifestações em todo o mundo devem ser fortalecidas pela organização de uma Frente única anti-imperialista. Impulsionar as bandeiras de autodeterminação do povo palestino e retirada imediata das forças sionistas invasoras! Lutar sob a estratégia revolucionária por uma República Socialista na Palestina e Pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio!

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



São Paulo - Resposta do Boletim Nossa Classe

Chega de campanha salarial dividida!

Unificar a luta da classe operária, dos técnicos e professores federais, da juventude oprimida e dos demais trabalhadores!

Que os sindicatos convoquem assembleias gerais e democráticas!

Que as centrais sindicais convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, como preparação da greve geral!

A divisão da classe operária só interessa aos patrões e aos governos!

O Boletim Nossa Classe vem denunciando e combatendo, há muito tempo, as várias formas de divisão que a burocracia sindical dos metalúrgicos do ABC e todo o país tem imposto à classe operária e aos demais trabalhadores. As campanhas salariais que antes eram unificadas, com a realização de assembleias gerais e uma só pauta e bancada de negociação, atualmente, está dividida em vários grupos, que negociam separadamente com os patrões. Nos últimos anos, a burocracia passou a fazer acordos por empresas. Fecham acordos de reajuste que não repõe as perdas salariais com os grupos patronais e deixam os demais setores, com empresas menores, sozinhos, isolados para fazer a luta. É por esse motivo que o Boletim Nossa Classe tem convocado os operários para se organizarem e defenderem seu programa próprio, que inicia com a defesa da democracia operária e a unificação das assembleias. E tem como reivindicações centrais a luta pelos empregos, salários e direitos.

A classe operária deve exigir em todas as fábricas que os sindicatos convoquem assembleias gerais democráticas, com direito

dos trabalhadores se expressarem e apresentarem suas propostas, que devem ser discutidas e votadas por todos os trabalhadores. Devemos acabar com a divisão entre trabalhadores efetivos, terceirizados e com contratos temporários. O Nossa Classe chama os operários/as a aprovarem em suas assembleias uma pauta que unifique a luta da classe operária aos demais trabalhadores em greve de todo o país. As reivindicações que unificam e defendem a vida dos trabalhadores e suas famílias são: 1) Reposição integral da inflação e aumento real. 2) Por um piso salarial igual ao salário mínimo vital, calculado pelos próprios trabalhadores em suas assembleias. São os trabalhadores que sabem quanto é necessário para manter suas famílias. 3) Emprego a todos por meio da redução da jornada de trabalho, sem redução de salários e a divisão das horas necessárias para produzir nacionalmente, entre todos os trabalhadores aptos ao trabalho (escala móvel das horas de trabalho). 4) Efetivação de todos os trabalhadores terceirizados. 5) Revogação das contrarreformas trabalhista e previdenciária e a lei da terceirização.

Rio Grande do Norte

Trabalhadores terceirizados da UFRN paralisam por atraso de salário. Reitoria realiza pagamento direto

No dia 10 de junho, os trabalhadores do Canteiro (manutenção) e limpeza da UFRN realizaram suas respectivas assembleias e aprovaram paralisação, em virtude de novo atraso de salários. Em reunião com os sindicatos (Sindlimp e Sintracomp), a Reitoria anunciou que, neste mês, procederia com o pagamento direto aos trabalhadores, uma vez que as empresas Criart e D&L (do grupo GSP) já haviam dito que não pagariam os salários deste mês. No caso dos trabalhadores do Canteiro, já ficou mantida a paralisação até que o dinheiro caísse na conta.

Já a direção do Sindlimp, logo após a reunião com a Pró-Reitora de Administração, realizou nova assembleia no pátio da Reitoria para apontar a promessa do pagamento direto como uma grande vitória e tentar convencer os trabalhadores da limpeza (em sua maioria mulheres) a dar um voto de confiança à Reitoria e voltarem ao trabalho. A Corrente Proletária/POR, na ocasião, defendeu que deveria ser mantida a paralisação até ocorrer o pagamento, que obteve respaldo da base e obrigou o dirigente do

Sindlimp a realizar uma votação, onde foi aprovada por ampla maioria manter a paralisação. Com isso, a categoria demonstrou desconfiança com a Reitoria e que esta tem tanta responsabilidade quanto a empresa pelos atrasos. No terceiro dia de paralisação (12/06), os salários foram depositados na conta dos trabalhadores.

O pagamento direto realizado este mês pela UFRN aos trabalhadores, que foi uma conquista da luta dos trabalhadores, evidencia mais ainda o caráter parasitário da terceirização, pois por meio da própria burocracia universitária, e com o trabalho administrativo de servidores efetivos, é possível processar a folha de pagamento dos trabalhadores (ou seja, não é necessário uma empresa como intermediária), porém a sobra ainda será repassada como lucro para a empresa.

A Corrente Proletária/POR tem apoiado incansavelmente a luta dos trabalhadores terceirizados da UFRN, que emerge das suas condições bárbaras de trabalho, e defende o fim da terceirização, com a efetivação imediata de todos terceirizados.

O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR). Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.

Paraná - Manifesto do POR diante da repressão aos professores do Paraná

Greve da rede estadual contra privatização das escolas

No dia 3 de junho, os professores e funcionários da rede estadual iniciaram uma greve geral para exigir do governador Ratinho Jr. (PSD) a retirada do projeto de lei “Parceiro da Escola” (PL 345/2024) e o pagamento da data-base – 3,69% referente ao último ano e 39% das perdas acumuladas desde 2016.

Nesse dia também foi aprovado – em primeira votação – pelos deputados estaduais o projeto que privatiza as escolas. Durante a sessão, os grevistas ocuparam a ALEP, foram reprimidos com bombas pela PM do Ratinho Jr., dois servidores foram presos e os parlamentares aprovaram o projeto, por via remota, escondidos em seus gabinetes.

Mais uma vez, o Centro Cívico de Curitiba-PR foi palco de uma contundente manifestação dos servidores públicos contra os ataques do governo estadual. Foi assim em 2001, quando ocuparam a ALEP e impediram a privatização da COPEL promovida por Jaime Lerner (PFL); em 2015 ocuparam a Assembleia contra o “pacoteço” do Beto Richa (PSDB), e em abril de 2015, enfrentaram a tropa de choque e quase todo o contingente da PM paranaense na batalha do Centro Cívico.

A revolta que provocou as manifestações do início desta greve resulta do acúmulo de ataques aos direitos dos servidores e da franca política privatista do Ratinho JR.

Neste caso, a revolta dos servidores das escolas se deve à descarada afronta que significará a privatização das escolas estaduais com a consequente liquidação do caráter público do sistema escolar, a precarização ainda maior dos vínculos trabalhistas e a transferência de milhões de recursos públicos para empresas privadas que passarão a gerenciar as escolas.

O projeto prevê inicialmente a transferência da gestão de 200 escolas para empresas privadas as administrarem com recursos públicos. De acordo com dados da APP-Sindicato, estas representam 175 mil matrículas. As empresas escolhidas receberão R\$ 800 por mês por estudante matriculado, ou seja, por mês, estas devem receber R\$ 140,5 milhões, o que soma R\$ 1,7 bilhão por ano. Baseado no que aconteceu nas duas escolas do programa piloto, 5% dos valores repassados são “taxa de administração” e 7% são “lucro” das empresas. Isso representa cerca de R\$ 17 milhões por mês e R\$ 200 milhões por ano a menos aplicados nas escolas pelo governo.

Mas não serão apenas 200 escolas, pois o projeto estabelece claramente no seu artigo 3º que “O Programa Parceiro da Escola, por meio da execução indireta, poderá ser instituído em todas as instituições da rede estadual de ensino de educação básica”

O governador Ratinho Jr. tem uma longa folha-corrída de cortes no orçamento dos serviços públicos e favorecimento às oligarquias e amigos empresários, que inclui renúncias fiscais em favor dos capitalistas às custas do arrocho do funcionalismo, privatização da gestão dos hospitais

universitários, ataque ao financiamento das universidades estaduais mediante a Lei Geral das Universidades e outras formas de degradação dos serviços outrora públicos.

Além da sanha privatista, esse governador do PSD se esmera em se apresentar como herdeiro do bolsonarismo, replicando iniciativas repressivas como as escolas cívico-militares, com a clara finalidade de disputar o espólio eleitoral do bolsonarismo. Este projeto, Parceiro da Escola, além de favorecer grupos empresariais que serão fartamente remunerados pelo Estado, tem um objetivo antissindical, pois, de acordo com o projeto, o comando das escolas ficará a cargo dos “parceiros” privados, que poderão demitir livremente os professores que os incomodarem ou se vincularem ao sindicato, e contratar quem eles quiserem. Foi isso que aconteceu com alguns professores temporários nas duas escolas onde se realizou a experiência piloto em Curitiba e São José dos Pinhais.

Trata-se claramente de um ataque frontal à educação pública, encabeçada pelos governadores Ratinho Júnior, do Paraná, e Tarcísio de Freitas, de São Paulo, e que já está sendo cogitada pelo governador do Estado de Minas Gerais Romeu Zema. Ele também pretende passar a gestão das escolas de sua rede de ensino estadual à gestão privada.

Da mesma forma que as escolas cívico-militares – extintas por Lula no plano federal – foram mantidas por Ratinho Jr. no Paraná, e agora implementadas por Tarcísio em São Paulo, esse processo de privatização das escolas faz parte de uma operação nacional de ataques aos direitos dos trabalhadores e às conquistas, levadas a cabo por governadores de ultradireita, alinhados ao bolsonarismo. É a manifestação da aguda crise que resulta da decomposição capitalista. Politicamente, reflete a falência do reformismo petista e a profunda adaptação do governo Lula/Alkmin ao grande capital. O nacional reformismo vem se curvando mais e mais diante da ofensiva privatizante da educação pública. É nessas condições que a burguesia tem feito tudo que politicamente estiver ao seu alcance para impedir a existência de uma escola pública democrática, que implica a mais ampla liberdade de ensino, elaboração curricular, organização estudantil e manifestação sindical e política.

Por isso, a reação dos professores e servidores das escolas do Paraná, a sua combatividade e determinação não podem se limitar a enfrentar este projeto como sendo exclusivo desse estado. Ao se insurgirem contra este projeto, os trabalhadores da educação estão indicando o caminho para o conjunto dos professores e servidores das escolas e de todo o funcionalismo público do país, para enfrentar esta reacionária movimentação nacional da direita e ultradireita que ameaça liquidar as conquistas dos trabalhadores. Cabe às direções sindicais, em todo o país, abandonar a passividade e se colocar à frente da resistência com os métodos da ação direta, com os métodos da luta de classes como demonstram os grevistas do Paraná que ocuparam a Assembleia Legislativa, enfrentando a violência policial.

Agora que o projeto foi aprovado pela Assembleia Legislativa reacionária e subserviente, é mais necessário ainda fortalecer o movimento de greve e preparar a resistência ao avanço da privatização, ampliar o movimento para o conjunto do funcionalismo e sair da passividade. A luta em defesa da escola pública no estado do Paraná é parte da luta nacional. O governo desse estado está na dianteira do movimento reacionário e obscurantista de entrega da escola pública para os capitalistas sedentos de negócios.

As direções sindicais e estudantis têm enorme responsabilidade, uma vez que há muito abandonaram a defesa do sistema público de ensino e se dobraram sob a pressão ideológica e política da burguesia e dos governantes, sejam de esquerda ou de direita. Basta ver que a revolta contra o projeto de Ratinho se deveu à apreensão dos professores quanto ao futuro de seu trabalho. Veio tardiamente. Há muito a educação pública do estado, em todos os níveis, tem sido bombardeada pelas armas da privatização e da implantação da escola cívico-militar.

A mobilização dos professores mostrou, mesmo que tardiamente, o caminho por onde passará a resistência à materialização da fatídica “Lei Parceiro da Escola”. O problema se encontra nas direções que baixaram a guarda à ofensiva geral do processo de mercantilização, que inclui as escolas cívico-militar e o ensino a distância.

Os enormes retrocessos nas relações de trabalho e de ensino, que há décadas têm ganhado espaço em favor da privatização, impactam o sistema de ensino público em geral ajustando-o à decomposição do capitalismo. A grande burguesia e suas frações oligárquicas que comandam os estados da federação se mostram completamente avessas à

escola pública e impulsionam a mercantilização do ensino pelo caminho do obscurantismo, fortalecendo a unidade entre, o mercado, a religião e o militarismo. Estamos diante dessa realidade não somente no estado do Paraná, mas também em todo o país. É sintomático que, imediatamente à aprovação no estado de São Paulo do projeto das escolas cívico-militar, a ALEP impõe o projeto do governador Ratinho.

O Partido Operário Revolucionário e a Corrente Proletária da Educação lutam pela continuidade do movimento de resistência que teve lugar na ocupação da ALEP. A partir de agora, abre-se uma nova etapa da luta: organizar a resistência à implantação da “Lei Parceiro da Escola” e por sua revogação. Para isso, é preciso que a vanguarda com consciência de classe erga o programa por um único sistema de educação pública, pela estatização do sistema privado de ensino, pelo controle da escola por quem estuda e trabalha, pela escola científica que estabeleça a interrelação entre a aprendizagem escolar e a experiência da produção social. Com esse programa, os estudantes e trabalhadores da educação expressarão a política da classe operária para a educação, completamente oposta à da burguesia e dos seus aparatos político-militar-religiosos. É nesse embate que o movimento enfrentará a privatização, a escola cívico-militar e o ensino a distância.

Abaixo o Programa Parceiros da Escola e toda forma de privatização!

Pelo fim da escola cívico-militar!

Em defesa do ensino público, controlado por quem estuda e trabalha!

Paraná

Diretoria da APP enterra greve contra a privatização das escolas

A contundente reação dos professores e outros servidores em greve, que na segunda feira dia 3 de junho ocuparam a Assembleia Legislativa do Paraná para se opor ao projeto de lei que privatiza as escolas estaduais foi encerrada no dia 5 de junho, numa assembleia virtual controlada pela direção do sindicato.

Na assembleia de encerramento, houve proposta da oposição à diretoria para prosseguir com a paralisação, mas foi derrotada. O fato da assembleia ser virtual, permitiu à burocracia manobrar com maior facilidade. Mesmo assim, para conseguir derrotar a proposta de continuidade da greve teve de recorrer ao voto dos aposentados – que não fazem greve – e à votação de professores de municípios representados pela APP, mas que não são parte do sistema estadual. Apesar de todas essas anomalias, a proposta de continuidade da greve teve 35% dos votos, indicando um grande apoio, confirmando que a greve começou forte e tinha condições de crescer com o passar dos dias.

Dentre as razões da diretoria para justificar o fim do movimento pesou a multa diária imposta pelo judiciário, que passou de R\$ 10 mil para R\$ 100 mil por dia parado; pesou também o pedido impetrado pela PGE de prisão da presidente do sindicato. Mas, certamente, não foi menos importante a “coincidência” entre a data de encerramento da greve (5/06) e a data limite para desincompatibilização de dirigentes sindicais para se candidatarem às eleições municipais (6/06), uma vez que diversos dirigentes de regionais serão candidatos.

A greve que tinha também como bandeira a reposição de 39% de perdas acumuladas desde 2016 foi abruptamente abortada, embora estivesse no começo, expressasse uma genuína e contundente revolta contra a privatização das escolas, tivesse boas chances de crescer e fosse defensável política e juridicamente. Do que se pode inferir que a direção colocou a campanha salarial apenas como recheio, e que a rejeição ao projeto de privatização tinha apenas o objetivo de desgastar eleitoralmente o governador do estado, em vésperas da eleição municipal.

Com a aprovação do projeto de privatização, abre-se uma nova frente de oposição às medidas liquidadoras do ensino público no Paraná. Soma-se à luta contra as escolas cívico-militares que, no Paraná tem crescido de modo brutal, a ponto do estado contar com 312 colégios cívico-militares, atendendo 190.144 estudantes. E um dos critérios para a escola ser entregue aos empresários é o colégio não ser cívico-militar.

Mais do que nunca se coloca a tarefa de estruturar uma oposição a essa diretoria, que tenha como objetivo a recuperação do sindicato para defesa dos trabalhadores, o que implica abandonar a orientação de colaboração de classes vigente há décadas na APP. Essa orientação colaboracionista é que explica a paralisia do Fórum das Entidades Sindicais – hegemônica pela APP/PT – que bloqueia a unificação dos servidores estaduais e o enfrentamento ao governo do estado, pois subordina a ação sindical às manobras eleitorais do PT.

Ceará – Fortaleza

Oposição se fortalece apesar da vitória da burocracia petista nas eleições para o Sindiute

As eleições para a diretoria do Sindiute ocorreram nos dias 05 e 06 de junho de forma virtual. Duas chapas disputaram o pleito: a chapa 1, da burocracia sindical petista e atual direção (ArtSind e OT/PT) e a chapa 2, que congregou as correntes de oposição. O resultado foi: chapa 1 obteve 6.073 votos (83,21%) contra 1.055 votos (14,40%) da chapa 2. Os votos nulos e brancos somaram 170 votos (2,33%) e o total de votantes chegou a 7.298. Ao menos 4 mil professores se abstiveram do processo eleitoral, seja porque não estavam filiados, seja porque não quiseram se cadastrar para votar.

Aparentemente, tomando-se como verdadeiros os números da apuração (a chapa 2 denunciou desde o começo a falta de lisura do voto virtual), a oposição sai enfraquecida do processo. Contudo, se levarmos em conta a forma como se deu a eleição, o imprevisto na unidade das oposições e as dificuldades de campanha, o resultado é mais que positivo. As últimas eleições, ainda em 2020, durante a pandemia e realizadas pela primeira vez de forma virtual, contou apenas com a chapa da burocracia, dada a fragilidade das oposições.

As correntes de oposição: CPE/POR, PSTU, FOB e os independentes apenas começavam a se articular quando o edital das eleições em abril precipitou a unidade e a corrida pela inscrição da chapa. A burocracia impôs apenas 15 dias para que as chapas concorrentes pudessem se inscrever. A oposição unificada teve de reunir nesse curto intervalo de tempo 78 nomes e uma montanha de documentos para formalizar, de última hora, a chapa. Não faltou resistência e manobras por parte da comissão eleitoral para tentar impugnar a chapa.

A campanha da chapa 1 foi marcada pelo apoio maciço da CUT, pela distribuição de camisetas, pelas infâmias contra a chapa 2 e pela estrutura logística e de materiais. A chapa 2 contou

unicamente com o autofinanciamento e somente às duras penas editou material e equipes para visitar as escolas. Em muitas destas, o apoio à oposição era notável, especialmente nas escolas em que predominavam os últimos concursados, traídos pela direção sindical.

A CPE/POR interveio no interior da chapa defendendo o programa da independência de classe, a estatização do ensino privado sob controle dos que estudam e trabalham e combateu a farsa reformista de uma “escola socialmente referenciada”. Lutou contra as manobras aparelhistas do PSTU de tentar vincular à chapa ao Conlutas e mobilizou como pode as escolas nas regiões em que tradicionalmente intervém.

A verdade é que a chapa da oposição foi constituída no último momento e não teve o mesmo tempo e oportunidade de visitar todas as escolas, esclarecendo suas diferenças para com a atual direção. A CPE/POR tem lutado para que a oposição – a partir de agora - leve uma vida orgânica, se reunindo periodicamente e planejando suas ações comuns, não apenas se limitando a intervir nas atividades convocadas pela burocracia, mas desenvolver eventos próprios e, principalmente, um calendário de visita às escolas.

A luta pela constituição de uma direção classista e independente dos governos burgueses avançou com a última experiência eleitoral. Novos quadros vêm se agregando. O sentimento de unidade para seguir atuando predomina das hostes oposicionistas. A CPE trabalha por potenciar este estado de espírito e vinculá-lo ao programa da revolução proletária e do socialismo; assim damos passos seguros no caminho da superação da crise de direção revolucionária que pesa extraordinariamente sobre a luta dos explorados.

São Paulo - Nota da Corrente Proletária

Tarcísio e Ratinho Júnior impõem a privatização das escolas públicas

Poucos dias após a aprovação da privatização de escolas públicas no Paraná, o governador Tarcísio de Freitas publicou em Diário Oficial, no dia 11 de junho, a autorização de licitação para privatizar 33 escolas estaduais. Há algum tempo, Tarcísio havia anunciado sua pretensão de iniciar a privatização. No entanto, esperou o governador do Paraná conseguir o feito de aprovar para publicar o decreto permitindo que empresas privadas sejam responsáveis pela construção das escolas, bem como da administração. Explicitou que tais empresas farão a manutenção, serviços de limpeza, vigilância e alimentação.

O governo Doria (PSDB) já havia implementado a terceirização de parte dos serviços, que antes eram executados por funcionários públicos. Tarcísio, agora, vai além, substituindo as empresas terceirizadas pela entrega de escolas para serem totalmente gerenciadas por empresas privadas. Lembremos o percurso que foi feito por Ratinho: iniciou a privatização de escolas como projeto-piloto em duas unidades para, finalmente, aprovar os “parceiros das escolas”, que nada mais é do que a privatização.

O leilão das 33 escolas paulistas está previsto para novembro. Tais escolas servirão como projeto-piloto, para logo mais fazer o que Ratinho acabou de decretar. A concessão tem um prazo

estipulado de 25 anos. Essas 33 escolas serão implantadas em Campinas, Diadema, Guarulhos, São José dos Campos e Suzano. É preciso assinalar que Tarcísio tem um plano de privatização geral, muito além da Sabesp, Metrô e CPTM. Nem as escolas públicas escaparam da política entreguista do governador.

Os bolsonaristas Ratinho e Tarcísio caminham juntos na desresponsabilização do Estado para com os serviços públicos. Implementaram as plataformas digitais para favorecer os negócios privados. Entregaram aos capitalistas as escolas públicas, para que possam lucrar às custas do Estado. Fortaleceram o projeto de Bolsonaro que criava as escolas cívico-militares. E mantêm os professores e funcionários em péssimas condições salariais, com menos direitos trabalhistas e sob intensa pressão de seus porta-vozes nas Diretorias de Ensino. Ratinho rejeitou a reposição de 39% dos salários dos professores e Tarcísio faz o mesmo, negando a reposição de 35,2%. São governadores que levam a cabo a política da ultradireita no comando de dois estados extremamente importantes da federação. Não podemos esquecer também dos ataques dos governadores do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, e de Minas Gerais, Romeu Zema, aos trabalhadores da educação, ambos também caixa de ressonância de Bolsonaro.

O problema está na política das direções sindicais. A disposição de luta foi demonstrada pelos professores do Paraná, que ocuparam a Assembleia Legislativa e se colocaram pela greve para enfrentar a ofensiva privatizante de Ratinho. Foi demonstrada pelos professores de São Paulo na assembleia que reuniu dez mil manifestantes. E vem sendo demonstrada também nas inúmeras paralisações de escolas em Minas Gerais e nos protestos no Rio de Janeiro. No entanto, as direções sindicais são incapazes de erguer um movimento unitário contra os planos dos governadores de destruição da escola pública, congelamento salarial, demissão de professores contratados e eliminação de direitos. São incapazes porque estão agarradas à política de conciliação de classes e à sustentação da governabilidade de Lula.

A Corrente Proletária (POR) vem atuando desde as escolas, combatendo a brutal ofensiva do governo e trabalhando para fortalecer essa oposição classista e de luta. Recentemente lançou um Manifesto contra a imposição das escolas-cívico militares em São Paulo e outro em apoio aos professores do Paraná, que enfrentaram bravamente a polícia do governador Ratinho. Tanto no Paraná, quanto em São Paulo, a Corrente Proletária tem feito uma luta pela efetivação dos professores contratados (temporários). A sua intervenção nas assembleias convocadas pela Apeoesp é no sentido da unidade dos trabalhadores da educação e na defesa da greve. Na defesa de um Dia Nacional de Luta, convocado pelas centrais, sindicatos e movimentos, com paralisações e bloqueios, por empregos, reposição salarial, direitos trabalhistas e contra as privatizações.

São Paulo

Intervenção da Corrente Proletária nas escolas

Nas visitas às escolas, a Corrente Proletária tem se deparado com a revolta dos professores tanto contratados como efetivos com o governo Tarcísio e seu secretário Feder. A desinformação sobre novas mudanças tem aumentado o estresse dos professores, que não conseguem entender os processos contratuais que estão submetidos. A todo momento, novas resoluções são criadas para desvalorizar ainda mais a força de trabalho dos educadores. Se não bastasse a atribuição de aulas no começo do ano que deixou fora da rede, centenas de professores, para 2025 a situação tende a ser pior com o novo Processo Seletivo Simplificado, apresentado pela Seduc. Também tem ficado claro para uma parcela de professores o processo embrutecedor de suas capacidades físicas e intelectuais imposto pelo governo ultradireitista de Tarcísio.

Na discussão, foi levantado o problema do fechamento de salas de aula, a qualquer momento do anto letivo, e a expansão das PEIs. Além disso, a introdução de várias plataformas digitais, que vêm quebrando a liberdade de cátedra do professorado e submetendo-o às pressões das direções de escolas. A reclamação

é grande com relação ao trabalho destrutivo que estas plataformas estão fazendo sobre a aprendizagem dos alunos. O exemplo do resultado do Saresp, recentemente publicado, comprovou que as notas dos alunos caíram a um patamar de dez anos atrás, com números piores dos registrados na época da pandemia. Fez parte dessas discussões, a imposição das escolas cívico-militares e a privatização. O exemplo do que se passou no Paraná foi também discutido.

Por fim, nessas visitas, a Corrente Proletária tem enfatizado a necessidade da luta coletiva, bem como criticado a política da direção da Apeoesp de rejeitar a proposta de greve defendida por setores da oposição nas assembleias. É mostrado que a única forma de enfrentar Tarcísio/Feder é aprovando uma poderosa greve. Para isso, é fundamental que cada escola eleja seus Representantes e participem ativamente das assembleias e mobilizações. Somente a ação unitária desde as escolas, reunindo efetivos e contratados, e com os métodos próprios dos trabalhadores, poderemos derrotar o governador privatista e impor nossas reivindicações.

São Paulo

Direção do SINPEEM ratifica sua política imobilista na Reunião de REs

O SINPEEM realizou, no dia 4/6, a reunião presencial de Representantes de Escola (REs). Na pauta constavam vários pontos, como: a implantação das escolas cívico-militares na rede estadual e em outras localidades, e a proposta do prefeito Nunes/ MDB de aplicar o modelo também na rede municipal; debate sobre as condições de trabalho (incluindo encaminhamentos do protocolo final da greve); informes (corte de ponto da greve, descongelamento de direitos, plataforma da educação, entre outros); além de uma palestra sobre a questão Palestina. Dada a gravidade do conjunto dos itens da pauta, era de se esperar que fossem aprovados encaminhamentos no sentido da mobilização da categoria. Porém, não foi o que se passou. A direção do sindicato apresentou um calendário de atividades vazio, sem definição de datas (sob o subterfúgio de que teria de negociar com as outras entidades), unicamente com uma proposta de “caminhada em defesa da escola pública saudável e segura e contra a militarização das escolas”.

Salta aos olhos a impotência da burocracia sindical. Mostra a incapacidade de responder ao problema da militarização das escolas, além dos outros aspectos elencados na própria pauta

e nas falas dos REs durante a reunião. Por mais que a direção sindical tenha se posicionado formalmente contra as escolas cívico-militares, as ações propostas demonstram a subestimação da questão. Trata-se de um grave ataque à educação pública e corresponde a um reforço do autoritarismo e da repressão sobre os movimentos dos trabalhadores e da juventude. Tem a ver com a necessidade de golpear a resistência à política privatista dos governos, além de constituir uma medida claramente voltada ao nicho eleitoral de direita, que compreende principalmente a classe média, iludida com a possibilidade de solucionar os graves problemas da Educação através da imposição da disciplina de caserna.

A proposta de militarização das escolas devia e deve ser respondida à altura pelo conjunto dos explorados, com um movimento amplo, envolvendo os sindicatos da Educação (não só da rede municipal), movimento estudantil e as famílias. Uma “caminhada” não vai modificar a correlação de forças e, portanto, não serve para revogar a medida onde já foi aprovada (caso da rede estadual de SP) nem impedir a sua implementação na Educação paulistana. Somente a luta no campo da independência

de classe e com os métodos próprios da classe operária (greve, ocupações, manifestações massivas, bloqueios de avenida etc.) é que poderá levantar a força necessária para derrotar a proposta governamental.

Chamou a atenção também o processo de plataformização da rede municipal de ensino, através do anúncio pelo governo da plataforma SGA (Sistema de Gestão de Aprendizagem), que recebeu 48 milhões de reais de investimento e é outra medida de entrega do ensino à rede particular e às grandes corporações, que têm lucrado enormemente com a venda de uma parafernália digital que não serve ao aprendizado dos estudantes, antes deforma ainda mais o ensino desvinculado da prática, característica essencial da Educação sob o capitalismo. E qual foi a proposta específica de mobilização da categoria para enfrentar o problema? Nenhuma. A questão foi colocada no mesmo balaio da “caminhada”, indicando uma linha de completo imobilismo da direção do SINPEEM frente a uma questão de suma importância.

A palestra sobre a questão Palestina, por sua vez, apesar da enorme importância do tema, serviu mais como elemento distracionista, já que nenhuma deliberação prática de organização da categoria foi aprovada. Nesse sentido, cabe ainda uma menção

à organização da própria reunião, construída de maneira a limitar os pronunciamentos e a apresentação de propostas dos ativistas de base. Nem mesmo a proposta de moção, apresentada por escrito pela Corrente Proletária, em defesa dos grevistas do Paraná, contra a repressão desfechada pela polícia, a mando do governador direitista, Ratinho Jr., foi submetida à apreciação do plenário, numa clara atitude autoritária e contrária ao mais elementar posicionamento classista de solidariedade aos lutadores. A reunião manteve o formato tradicional de intervenções de um minuto apenas, o que evidentemente constitui um escárnio e uma afronta ao princípio da democracia operária.

A Corrente Proletária na Educação/POR participou da reunião com seus pronunciamentos ao microfone, com seu panfleto e com seus materiais de propaganda, como o Jornal Massas e os livros publicados pelo partido, especialmente o livro sobre a Palestina. Apresentou um conjunto de propostas de ação, com destaque à proposta de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, amplamente convocado pelos sindicatos e centrais, além da proposta de unificação com os professores do estado no dia 21/6, convocando a assembleia da categoria, com paralisação, contra as escolas cívico-militares, contra a plataformização e demais ataques à Educação pública.

Parada do Orgulho LGBT levanta a bandeira do “voto consciente”

Pela via eleitoral, não é possível combater a opressão de classe que recai também sobre as LGBT+

Aconteceu em São Paulo, no dia 2 de Junho, a 28ª edição da Parada do Orgulho LGBT+, com o tema: Basta de Negligência e Retrocesso no Legislativo - Vote Consciente por Direitos da População LGBT+. Contou com a presença de mais de 3 milhões de pessoas na Av. Paulista. Foi orientado para que as LGBT+ fossem de verde e amarelo e levassem bandeiras do Brasil para “resgatar a bandeira de volta e tirar da mão do bolsonarismo”, isso no país que mais mata essa comunidade no mundo. Contou com trios elétricos, cantores e apoiadores da causa, além da presença de pré-candidatos à prefeitura como Guilherme Boulos (PSOL) e Tabata Amaral (PSB). Ricardo Nunes (MDB) foi convidado, mas não compareceu. Também teve presença de muitos deputados e vereadores, a maioria do PSOL e PT, e até representantes da direita, como a Coordenadora Municipal da Diversidade do MDB. Representantes do movimento estudantil (UNE e UBES) também discursaram. De conjunto, as intervenções seguiram a linha da organização do evento, propondo apoiar candidaturas de seus partidos, e “lutar por direitos das LGBT+” através do voto.

Fora do carro de som, no cruzamento da Av. Paulista com a Augusta, formou-se um “Bloco Classista Independente” puxado pelo Rebellia (PSTU), com presenças de outros agrupamentos como o LGBT Comunista (PCB), Vida Além do Trabalho (VAT), GOI, Faísca (MRT), Juntos (MES/PSOL), Revolução Socialista, Frente Palestina São Paulo, OCI etc. Neste bloco as falas divergiam do carro principal, tendo como tema central a questão LGBT na Palestina, ainda que praticamente todas essas correntes já tenham se lançado também na disputa eleitoral.

O problema da opressão sobre as LGBT+, como se sabe, não é novo, mas se agrava de acordo com a própria decomposição do capitalismo, que carrega consigo a decomposição cultural e social nas suas mais diversas formas. Tal opressão, muitas vezes se manifesta de forma direta, imediata, sobre esse ou aquele direito da comunidade, ocultando sua raiz histórica de classe.



Desgraçadamente, a realidade mostra que apesar do aumento de LGBT+ no Estado brasileiro nos diferentes cargos, esse grupo continua sendo oprimido, com um vasto número de pessoas desempregadas, nos trabalhos informais ou terceirizados, com salários mais baixos, vítimas de preconceitos e sendo assassinadas diariamente. Além disso, estão entre aquelas pessoas que mais foram afetadas pelas reformas trabalhista e previdenciária.

A Parada teve origem nos EUA em 1969, na revolta de Stonewall, quando um bar da comunidade foi invadido pela polícia (depois de muitas outras invasões e violências) gerando uma revolta que se espalhou como rastilho de pólvora. A reivindicação por direitos elementares de frequentar o lugar que lhes conviesse, usar as roupas que quisessem etc., logo se entroncaram com as necessidades mais elementares de emprego, salário e direitos iguais aos de qualquer trabalhador. É bom lembrar que nesse período os governos dos EUA enfrentavam revoltas e levantes dos negros e um forte movimento grevista de operários e demais

trabalhadores. Foi neste contexto que Stonewall se tornou símbolo da luta LGBT, expressando seu conteúdo classista no nascedouro. Já nessa época, a ativista transexual, filha de operários, Marsha P. Johnson, por exemplo, defendia a vinculação do movimento LGBT com o movimento e reivindicações de classe. As reivindicações democráticas só poderiam ser atendidas na luta revolucionária pela derrubada da burguesia e constituição de um governo operário. Em que pese certas conquistas do movimento da década de 1960 para cá, seu traço distintivo foi o de ser incorporado à política burguesa e pequeno-burguesa, através da ideia de que a solução se daria através da democratização do Estado, o que levaria à ampliação da composição das LGBT+ nos parlamentos e nos núcleos executivos dos Estados, ou seja, através das reformas.

Apenas de passagem destacamos que esse movimento, nos EUA, rejeitou o marxismo por confundi-lo com o estalinismo, que neste período já perseguia esse grupo na URSS. Esse erro do movimento marcou todo o seu desenvolvimento posterior, levando ao profundo descolamento entre sua luta e a luta de classe mais geral, a luta revolucionária.

O tema da Parada de 2024 expressa esse desvio na luta das LGBT+ de forma cristalina. O chamado “voto consciente por direitos” mostra que a parada é hoje instrumento da política burguesa. Constitui um desvio na luta e na necessária organização desse grupo para enfrentar as tendências de decomposição do capitalismo. Conta também com um grande conjunto de empresas (grupos capitalistas) que financiam o evento e atuam para a despolitização e desvio da luta. No campo das esquerdas, o PSOL, como um partido que tem se degenerado na política burguesa, encabeça esse desvio, conduzindo as LGBT+ às ilusões de solução de seus problemas através da composição dos parlamentos e eleição de prefeitos e governadores que simpatizam com a causa.

Expressam assim o reformismo mais rasteiro de modificação gradual da opressão através de reformas no Estado burguês, o que depende da mudança de sua composição, e por isso a aposta nas eleições. Ignoram o fato de o Estado burguês ser um instrumento de gerenciamento dos interesses gerais da burguesia, sendo assim, não pode ser disputado.

Os partidos centristas, completamente adaptados ao eleitoralismo, não fazem mais que alimentar essas ilusões sob um viés de esquerda. Não se viu, por exemplo, denúncias sobre o caráter político burguês da Parada ou um chamamento para organizar uma frente de luta pelas liberdades democráticas do grupo LGBT+, vinculadas às reivindicações mais gerais do conjunto dos explorados.

O conjunto das opressões, mesmo aquelas que existem antes do capitalismo como a opressão racial, a opressão sobre as mulheres ou sobre as LGBT+, ganham na fase imperialista, fase de decomposição do capitalismo, um traço mais bárbaro e mais violento, não perdendo, no entanto, sua raiz comum, o fato de ser expressão da opressão de classe. Dessa forma, só podem ser respondidas de maneira coerente através da luta de classes, ou seja, da estratégia da revolução social. Agrava-se o problema desses grupos quando suas direções políticas se submetem à politicagem burguesa e ao eleitoralismo, atribuindo a eles o papel passivo de votar nas eleições ano sim, ano não, na esperança de um dia formar uma representação suficiente para conquistar seus direitos. Enquanto isso, a opressão de classe pesa como chumbo sobre a cabeça dos oprimidos dos diversos grupos, o desemprego, a fome, a miséria, a indigência são chagas do capitalismo em decomposição, que massacram a maioria oprimida, sendo o grupo das LGBT+ um dos mais violentados. Essas chagas jamais serão resolvidas pelo voto.

São Paulo

Manifestação contra o PL 1904 de criminalização do aborto

No dia 13 de junho ocorreram diversas manifestações pelo país contra o PL 1904/24, devido a aprovação pelo presidente da Câmara de Deputados, Artur Lira, do caráter de urgência para sua votação. Em São Paulo, o ato paralisou uma via da avenida Paulista e contou com cerca de mil manifestantes, majoritariamente de mulheres, um número considerável tendo em vista que o protesto foi convocado e realizado no mesmo dia.

A manifestação tinha como principal palavra de ordem “criança não é mãe, estupro não é pai”, em referência ao fato do PL 1904 fixar um limite de 22 semanas para que um aborto em caso de estupro seja realizado para que seja considerado legal, o que afetaria principalmente as crianças violentadas, pois nesses casos é comum se demorar para descobrir tanto o estupro quanto

a gravidez. Outra palavra de ordem que também tomou corpo na manifestação foi o “Fora Lira”. Em menor medida, também se chamou a palavras de ordem em defesa “do aborto e da vida das mulheres”.

Nota-se que a manifestação mostrou que existe uma disposição de luta. Porém, é possível perceber desde já uma tendência das direções das frentes feministas, capitaneada pela bancada feminista do PSOL, de direcionar a revolta para a saída eleitoral. O “Fora Lira” é uma expressão disso.

Não estiveram presentes de maneira organizada nenhum sindicato e a maioria dos manifestantes eram mulheres de origem pequeno-burguesa, o que é expressão da urgência do chamado. Ao fim da manifestação foi anunciado que um novo protesto

Publicado o livro:

REPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

aconteceria em 2 dias, porém ainda não estava acertado o local e o horário. Tudo indica que essa nova manifestação indicará o caminho que esse movimento seguirá.

O POR interveio na manifestação com seu manifesto, combatendo o obscurantismo religioso, defendendo o direito ao aborto livre, gratuito, seguro e garantido pelo SUS e colocando que “é imprescindível que a classe operária, os demais explorados e a juventude ergam um poderoso movimento de massa em defesa dos direitos das mulheres e pelo fim de toda a discriminação”. É através do movimento de massa, com independência de classe e combatendo os desvios eleitorais, que os oprimidos, em especial as mulheres exploradas, conquistarão suas reivindicações e a defesa de suas vidas.

Publicamos abaixo o Manifesto distribuído no ato

Manifesto do POR às manifestações contra o PL-1904/24

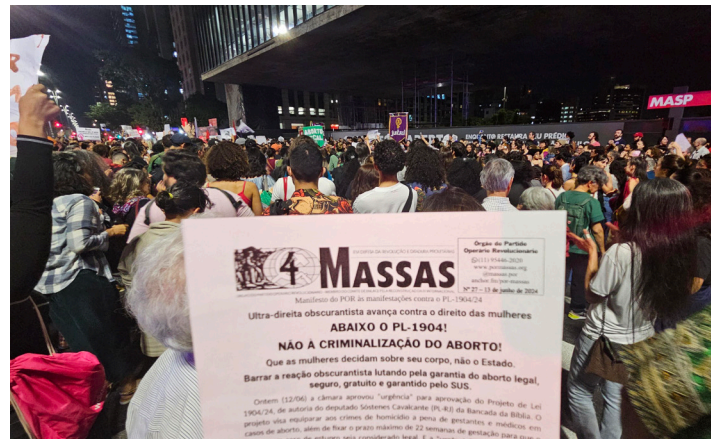
Ultradireita obscurantista avança contra o direito das mulheres ABAIXO O PL-1904! NÃO À CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO!

Barrar a reação obscurantista lutando pela garantia do aborto legal, seguro, gratuito e garantido pelo SUS

Ontem (12/06) a Câmara aprovou “urgência” para aprovação do Projeto de Lei 1904/24, de autoria do deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) da Bancada da Bíblia. O projeto visa equiparar aos crimes de homicídio a pena de gestantes e médicos em casos de aborto, além de fixar o prazo máximo de 22 semanas de gestação para que o aborto em caso de estupro seja considerado legal. E a “urgência” aprovada significa acelerar o processo de aprovação do projeto. Trata-se de mais um avanço da reação obscurantista contra o direito das mulheres.

Vale lembrar que o governo Bolsonaro aprovou em 2022 uma recomendação que fixava um prazo máximo (21 semanas e 6 dias) para o aborto legal, que já era ultrarrestrito. Em 28 de fevereiro desse ano, o Ministério da Saúde lançou uma nota técnica que derrubava essa orientação de prazo, porém no dia seguinte a Ministra Nísia Trindade a suspendeu, expressando o recuo do governo. O que mostra que não será através do jogo de forças políticas da burguesia que será garantido o direito das mulheres de decidirem sobre seu corpo. É imprescindível que a classe operária, os demais explorados e a juventude ergam um poderoso movimento de massa em defesa dos direitos das mulheres e pelo fim de toda a discriminação.

O Partido Operário Revolucionário comparece às manifestações reivindicando que a luta nas ruas é o caminho para conquistar as reivindicações dos oprimidos. É somente a força das manifestações que poderá barrar o PL-1904/24 e conquistar o direito irrestrito ao aborto. É com o método da ação direta que defenderemos verdadeiramente a vida das mulheres contra os ataques reacionários e contra o conjunto das contrarreformas (trabalhista, previdenciária, lei da terceirização etc.) que atacam as condições de vida das mulheres exploradas. Que as centrais e sindicatos levantem um dia nacional de luta pelas reivindicações mais sentidas e pela revogação imediata das contrarreformas e proteção da vida das mulheres.



São Paulo

Aumento da dengue, mais corrupção do governo Ricardo Nunes/MDB

A Prefeitura de São Paulo fez mais um acordo milionário de R\$ 5,3 milhões para compra de sachês inseticidas contra o mosquito da dengue com a empresa de um amigo próximo ao prefeito Ricardo Nunes (MDB-SP), a Biovec Comércio de Saneantes. Ao todo, a prefeitura já pagou R\$ 30,5 milhões a Marco Antonio Bertussi, dono da Biovec em três contratos desde o ano passado. Bertussi é diretor de uma associação de controle de pragas da qual Nunes é presidente, conforme denúncia da imprensa e vereadores.

Mesmo sob investigação do TCM, a prefeitura decidiu continuar comprando da empresa investigada. De nada adianta a justiça burguesa. O parecer mais recente da juíza Carmen T. Oliveira, da 5ª Vara da Fazenda Pública do Tribunal de Justiça de São Paulo, negou o pedido de liminar de cessação dos pagamentos,

feito por uma vereadora do PSOL. Alegou que os indícios seriam “meras suspeitas que, portanto, devem ser tratadas como tal”, e recomendou a realização de uma investigação pelos órgãos competentes. Ainda não há uma data para julgamento do mérito da ação.

Enquanto isso, a empresa ganha rios de dinheiro com vendas de seus produtos. Há indício de sobrepreço na compra dos equipamentos, como as armadilhas para atrair as fêmeas do inseto. Cada uma custou cerca de R\$ 400 para a prefeitura, mas custaria apenas R\$ 10 se fosse feita em parceria com a Fiocruz, de acordo com reportagem da Folha de São Paulo. Ao colocar os ovos no local, o inseto carrega em si o larvicida e contamina outros criadouros. O fato é que nada está funcionando por falta de

manutenção diária. Segundo o Sindicato da saúde, as armadilhas, que deveriam matar o mosquito, acabam se tornando criadouros, uma vez que o veneno perde o efeito e as larvas conseguem se desenvolver e proliferar.

Como se vê, não há uma política real de combate à dengue por parte da prefeitura. A epidemia, que se alastra entre a população pobre, é resultado dos negócios espúrios praticados pelos capitalistas e seu governo direitista de Ricardo Nunes. Basta lembrar que foi com negócios no ramo de controle de pragas que Nunes obteve sucesso profissional antes de entrar para a política. Em 1997, ele abriu a Nikkey, uma empresa de dedetização que hoje atua em cinco estados. Nunes só deixou a sociedade em 2022, depois de ter se tornado prefeito da capital. Atualmente a Nikkey é gerida por seu filho, Ricardo Nunes Filho. A empresa chegou a

ser investigada no esquema da máfia das creches por ter recebido pagamentos de uma empresa suspeita de emitir notas frias. Nunes se vale da condição de prefeito para promover toda sorte de corrupção, até mesmo no combate à dengue.

A Corrente Proletária denuncia mais esse escândalo de corrupção envolvendo o prefeito Nunes. Ao contrário dos políticos, a Corrente Proletária não usa a corrupção para fins eleitorais. Mostra que a corrupção é inerente ao capitalismo e aos governos burgueses. Defende que a luta contra a corrupção implica a defesa da saúde, educação e demais serviços públicos inteiramente sob o controle dos trabalhadores. Somente os explorados, com seus métodos próprios de luta, podem combater a corrupção que se alastra por todas as esferas do Estado burguês.

Imperialismo, fase particular do capitalismo, parasitismo e decomposição do capitalismo



 **POR**
PARTIDO OBRERO
REVOLUCIONARIO

Grupo de estudos do

MARXISMO

TODAS AS QUINTAS-FEIRAS •
19H • VIRTUAL

Tema:

Estudo do livro:
Imperialismo, fase
superior do capitalismo
(Lênin)

Entre em contato pelos canais para receber o texto e o link

 pormassas.org  [@massas.por](https://www.instagram.com/massas.por)  (11) 9 5446-2020

No Grupo de estudos, o POR vem realizando o estudo do livro “Imperialismo, fase superior do capitalismo”, do Lênin, e expressando suas principais conclusões no jornal Massas desde o nº 713. Nesta edição, apresentaremos as principais ideias discutidas nos encontros que se dedicaram a estudar os capítulos 7 e 8.

No capítulo 7, Lênin faz uma espécie de balanço de toda a discussão anterior, retomando suas principais conclusões e preparando os pontos seguintes que concluem a obra. Neste sentido, cabe apresentarmos uma citação que, apesar de longa, apresenta ideias conclusivas importantes. Eis: “O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo tornou-se imperialismo capitalista apenas quando chegou a um determinado estágio, muito elevado, de seu desenvolvimento, quando algumas de suas

características fundamentais começaram a se transformar no seu oposto, quando ganharam corpo e se manifestaram em toda a linha os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. Economicamente, é fundamental nesse processo a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. A livre concorrência é a característica fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral; o monopólio é o oposto direto da livre concorrência, mas esta última começou a se transformar diante dos nossos olhos em monopólio, criando a grande produção, suplantando a pequena, substituindo a grande por uma maior, terminando por concentrar a produção e o capital de tal maneira que, a partir dele, surgiu e surge o monopólio: os cartéis, os sindicatos, os trusts, fundindo-se com eles o capital de uma escassa dezena de bancos que manipulam bilhões. Ao mesmo tempo, os monopólios, que derivam da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando, assim, contradições, atritos e conflitos particularmente agudos e severos. O monopólio é a transição do capitalismo para um sistema mais elevado.”

Esse trecho foi lido em nosso estudo e discutido pormenorizadamente pelos camaradas que participavam do encontro. Trata-se de compreender a fase monopolista como produto natural do desenvolvimento da fase anterior, mercantil, concorrencial, que elevou o capitalismo até um certo grau de desenvolvimento onde foi possível uma ampla concentração de capital, e por consequência, o monopólio. Essa ideia será ainda mais importante quando Lênin for discutir com autores burgueses ou renegados do marxismo, como Kautsky, que apontaram para ideias de livrar o capitalismo do imperialismo, retirar certas características deste como meio, em última instância, de salvar aquele.

Em seguida, passamos à discussão da definição dada por Lênin do imperialismo, primeiro numa versão resumida, assumida por ele mesmo como insuficiente, depois uma mais completa, que “inclua os cinco traços fundamentais seguintes: 1) a concentração da produção e do capital elevada a um patamar tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro”, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capital,

diferentemente da exportação de mercadorias, adquire um significado particularmente importante; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que dividem o mundo entre si, e 5) o término da partilha territorial do mundo entre as grandes potências capitalistas.” Um camarada tomou a palavra para relembrar esses pontos que foram debatidos nos encontros anteriores, e trouxe também uma conclusão: “O imperialismo é o capitalismo no estágio de desenvolvimento em que se formou a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capital, deu-se início à partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a Terra entre os grandes países capitalistas.”

Lênin passa então a discussão com Kautsky e suas ideias, em última instância, reformistas sobre o imperialismo. Essa discussão tem importância pois expressa, neste assunto, uma das maiores divisões dentro do movimento operário internacional, a divisão entre a socialdemocracia reformista, encabeçada pela II Internacional e o Partido Social Democrata da Alemanha e a tendência revolucionária, encabeçada pelo partido Bolchevique da Rússia, e, depois da revolução de 1917, pela III Internacional. Assim, Lênin apresenta a definição arbitrária e incompleta de Kautsky sobre o imperialismo: “O imperialismo é um produto do capitalismo industrial altamente desenvolvido. Consiste na tendência de toda nação capitalista industrial a submeter ou anexar cada vez mais regiões agrárias, quaisquer que sejam as nações que as povoam”, demonstrando em seguida que se trata de uma definição “que não serve para absolutamente nada”, limitando o imperialismo à parte de seu aspecto político (anexações), o que é correto na medida em que esta fase tende à violência e a reação, mas absolutamente incompleta, já que limita à questão nacional e ao capital industrial.

No estudo foi discutido as implicações das definições deformadas de Kautsky como sendo uma forma de salvar o capitalismo, como se fosse possível livrá-lo de seu caráter imperialista e seus traços nocivos. Um camarada ainda traçou um paralelo, guardada as devidas proporções, daqueles que atualmente dizem combater o neoliberalismo, sem combater o capitalismo em si, como se um capitalismo não-neoliberal fosse possível ou desejável.

O capítulo 8, sobre o parasitismo financeiro, trouxe uma profunda discussão no Grupo de Estudos sobre o papel que cumpre a burguesia na fase imperialista, principalmente suas alas mais vinculadas ao parasitismo financeiro, os especuladores, investidores etc.

Um camarada expôs uma primeira ideia interessante sobre a fase monopolista ser aquela que carrega em si a tendência à estagnação e a decomposição do capitalismo em geral, mas também do progresso técnico em particular. “Na medida em que se fixam preços monopolistas, ainda que temporariamente, desaparecem até certo ponto as causas estimulantes do progresso técnico e, portanto, de qualquer outro progresso, de qualquer avanço; surge, assim, além disso, a possibilidade econômica de conter artificialmente o progresso técnico.” Lembrando que os aperfeiçoamentos e desenvolvimentos técnicos não deixam de existir e surgem com o objetivo de incremento rápido dos lucros, mas a tendência geral à estagnação, em muitas circunstâncias consegue se impor. Tal ideia se sintetiza na inerente contradição do capitalismo entre o alto desenvolvimento das forças produtivas e as relações capitalistas de produção, bem como com as fronteiras nacionais. Duas notícias publicadas essa semana, no mesmo dia, exemplificam essa contradição e o funcionamento do imperialismo em relação ao desenvolvimento das forças produtivas. A primeira, mostrando que pela primeira vez um médico operou, com a ajuda de robôs e conexão 5G, um paciente em Pequim, estando o médico na Itália. A segunda, mostrando que uma médica no Rio Grande do Norte precisou improvisar uma máscara de oxigênio com uma embalagem de bolo, para salvar a vida de um bebê. Está claro que o desenvolvimento das forças produtivas, e consequentemente da tec-

nologia, não está voltado à solução dos problemas dos oprimidos, senão a obtenção de maiores lucros e melhoria da vida de uma casta privilegiada composta pela burguesia e camadas abastadas da classe média.

Na base disso tudo está o parasitismo financeiro, a especulação, que formam o chamado “mercado”. Os parasitas não estão interessados em ampliar a produção ou direcionar os capitais para a solução de problemas reais caso essas possíveis mercadorias não sejam passíveis de obterem grandes lucros. “Daí o incremento extraordinário da classe ou, melhor dizendo, da camada dos rentistas, ou seja, de pessoas que vivem do “corte de cupons”; pessoas que não participam de nada em nenhuma empresa; pessoas cuja profissão é a ociosidade. A exportação de capital, uma das bases econômicas mais essenciais do imperialismo, acentua ainda mais essa desconexão completa entre a camada dos rentistas e a da produção e imprime a marca do parasitismo em todo o país que vive da exploração do trabalho de vários países e colônias ultramarinas.”

Lênin discute, em seguida, que o parasitismo não existe apenas na forma dos sujeitos, dos capitalistas individuais que especulam no mercado etc., mas também na forma dos Estados usurários, que se impõem sobre a maioria absoluta de países subordinados, devedores. No período em que o livro estava sendo escrito, 1916, o fenômeno se manifestava principalmente em relação à Inglaterra, mas hoje podemos verificá-lo em relação à maioria dos países imperialistas, em especial os EUA. Na base deste problema está a exportação de capitais, que flui dos países ricos para os empobrecidos e endividados, principalmente, mas não exclusivamente, e depois retorna para o país de origem na forma de mais-valia extraída, juros e amortizações das dívidas. Os próprios países imperialistas possuem dívidas astronômicas, como o Japão que tem uma dívida que supera os 200% do próprio PIB. O Brasil, por exemplo, apesar de estar entre os dez maiores PIBs do mundo, está (entre os chamados emergentes) compõe os quatro mais endividados, segundo o FMI, ao lado da Ucrânia e atrás da Argentina e Egito. Por fim, é importante ressaltar que mesmo um país não imperialista, como a China, exporta capitais e se utiliza desse mecanismo capitalista para ampliar sua atuação comercial e política nas diferentes longitudes do globo. A China emprestou na última década US\$ 1,3 trilhão (cerca de R\$ 6,3 trilhões) para projetos de infraestrutura da Ásia à América Latina para financiar a construção de pontes, portos e rodovias em países semicoloniais.

No estudo foram dados pelos camaradas diversos exemplos de parasitismo e especulação dos capitalistas em contradição com as necessidades das massas. O exemplo das privatizações foi citado como uma tendência atual que carrega o germe do parasitismo, ao entregar para a iniciativa privada, e consequentemente para o mercado de especulação, as empresas estatais. Também foram lembrados os casos em que o parasitismo se utiliza do Estado, da polícia, da justiça burguesa, da regulação dos contratos etc., para garantir a manutenção de suas rendas e lucros. Neste sentido, um camarada lembrou o emblemático caso de Pinheirinho, em São José dos Campos-SP, em 2012, quando o então governador Alckmin, retirou mais de 800 famílias de um terreno para devolvê-lo para um famoso especulador (parasita) do mercado financeiro, Naji Nahas.

Com isso, o estudo concluiu com a ideia elementar de que não é possível reformar o capitalismo, especialmente em sua fase imperialista, que como vimos tende a estagnação e à decomposição. Não é possível livrar o capitalismo de seus traços deletérios formados no imperialismo, como se fosse possível girar a roda da história para trás. Não, a roda da história gira para frente, e o imperialismo prepara as bases do modo de produção superior, o socialismo, ao coletivizar a produção prepara também a necessária coletivização da apropriação da riqueza produzida, que hoje fica nas mãos de um punhado de capitalistas.

Greves – Teoria e Prática



No dia 08 de junho, realizamos o curso de formação política do POR em Pernambuco, com participação da regional Nordeste, além de estudantes e servidores das universidades e IFPE. Diante da greve da Educação Federal, escolhemos como tema “Greves”, como parte da história dos métodos da classe operária. Nesta formação, a importância da teoria para fortaleci-

mento da prática, assim lemos e discutimos textos de Lênin (Sobre as greves, 1899), Rosa Luxemburgo (Reforma ou revolução social, 1900) e Trotsky (Os sindicatos na época da decadência imperialista, 1940). Na conclusão da formação foram dados os informes da greve da Educação Federal.

No texto de Lênin, é apontada a importância da greve, que serve para os operários verem os capitalistas como classe inimiga. Em tempos de prosperidade da produção, os patrões não dividem os lucros com os operários, mas em época de crise jogam o peso nas costas dos operários, não concedendo aumento e ainda reduzindo os salários. É na greve que os operários percebem que o governo e as leis favorecem os capitalistas. Na greve, a classe operária toma consciência de classe, supera a limitação de pensar apenas na opressão vivida localmente e desperta para a necessidade de verem a movimentação de todos os patrões, de toda classe capitalista e de toda a classe operária – por isso, o governo e os capitalistas temem tanto as greves. Lênin aponta a greve é uma “escola de guerra”, mas ainda não é a própria guerra. Lênin aponta inclusive que há limitações da greve, que é um erro achar que basta a greve geral para se arrancar tudo que se queira dos capitalistas e do governo. Defende a necessidade dos operários se tornarem socialistas, se organizarem em seu partido em defesa da Revolução socialista. Que a partir da greve, como forma elementar da luta de classe, se avance para a luta insurrecional, sob a defesa de “Proletários, de todos os países, uni-vos”.

O texto de Rosa resgata a função do sindicato, como um meio de realizar a lei capitalista de venda da força de trabalho enquanto mercadoria, ou seja, os salários. Neste texto, responde à fração de Bernstein, que defendia a “teoria da adaptação”, que defendia que o movimento sindical tinha uma ação ilimitada, bastando os sindicatos para se progressivamente colocar fim na exploração do trabalho. 1900 era o início da fase imperialista, onde Lênin já afirmava que era fase de crises e decadência do capitalismo. Rosa ressalta que as tendências não são de bonança e crescimento da economia mundial. Que os sindicatos terão cada vez mais dificuldade, pois, segundo Marx um dos principais meios de impedir a diminuição da taxa de lucro é com a redução do salário. Na discussão do texto, foi apontado o acerto de Rosa, pois em menos de duas décadas, são desfechadas sob os explorados duas grandes guerras mundiais.

No texto de Trotsky (1940), fala da degeneração dos sindicatos, que na fase imperialista tem uma relação muito próxima com o Estado. Apesar do avançado grau de estatização, Trotsky defende o dever

de todo partido revolucionário atuar nos sindicatos. Ele aponta ainda que, nos países atrasados há uma fragilidade da burguesia nacional, submetida ao capitalismo estrangeiro. O desenvolvimento da indústria se dá sob maior peso do capital estrangeiro, que serve para proletarizar a população nativa. O governo nacional, quando tenta resistir à opressão do capital financeiro, se apoia no proletariado, mas sempre vai ver mais vantagens se mantendo ao lado do capital estrangeiro, se voltando contra as organizações operárias. Assim, o governo dos países atrasados implanta regime mais ou menos totalitários, sob uma democracia burguesa fragilizada. Isso faz com que até os sindicatos sintam a instabilidade da democracia burguesa, ou se submetem ao Estado, ou são reprimidos. Daí o governo burguês do país atrasado tem duas tarefas: a) atrair a classe operária para se proteger dos abusos excessivos dos imperialistas e, b) disciplinar os operários sob o controle da burocracia sindical. Apesar do imperialismo, Trotsky aponta a possibilidade de sindicatos independentes. Que o que é impossível é a semi-independência dos sindicatos. E, que para isso é importante a atuação do partido, que construa as frações e direções revolucionárias nos sindicatos, levando assim a necessidade da luta anti-imperialista e de defesa da derrubada do capitalismo apodrecido pelo socialismo.

O curso foi concluído com os informes da greve federal da Educação, do Andes-SN, Sinasefe e Fasubra. A greve segue forte. A greve do Paraná contra a privatização e a luta de São Paulo contra as escolas cívico-militares mostram a necessidade de unidade, por uma greve nacional da educação. Mas ainda enfrentamos o isolamento. Os textos da formação mostram que a política reformista (PT, PSOL) são incapazes de serem consequentes na defesa da unidade dos explorados para o fortalecimento que leve a uma greve geral, em defesa dos salários, direitos e empregos. Mas, a atuação da Corrente Proletária na Educação (CPE-POR) tem sido sob a defesa da unidade. Que as centrais, sindicatos e movimentos populares convoquem as assembleias e plenárias para uma luta conjunta dos explorados, que imponham a defesa do salário e direito dos servidores, orçamento para educação e revogação das contrarreformas, que condenam os explorados à miséria. Concluímos com um Viva à greve e aos métodos de luta da classe operária!

Formação Política

Concepção materialista da questão judaica

Estudo da obra de **Abraão Leon**

23/06 | Domingo
ÀS 15H
SÃO PAULO-SP

pormassas.org @massas.por (11) 9 5446-2020

Nesta edição:

Palestina

- Mais um massacre na Faixa de Gaza
- Intervenções do Por nos Atos contra o Genocídio (PE e SP)

Argentina

- Crise de Milei é a de toda a burguesia
- A Lei de Bases Milei e das grandes corporações foi aprovada no senado

Chile

- 15 anos do falecimento de Gillermo Lora
- Educação não pode e não deve continuar sendo privatizada (...)
- Os governos da ditadura militar e civil, que permanecem no poder há mais de 50 anos, continuarão a representar a ditadura burguesa contra a classe operária e a maioria oprimida

Trotsky

- Outra vez sobre a questão do bonapartismo (...)



Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Palestina

Mais um massacre na Faixa de Gaza*Estratégia do genocídio*

10 de junho de 2024

No dia 8 de junho, um dia após completar oito meses de ocupação na Faixa de Gaza, as Forças de Defesa de Israel desfecharam um ataque por terra e ar matando 274 palestinos, entre eles 64 crianças e adolescentes e 57 mulheres e 37 velhos, estimando-se 698 feridos, 153 crianças, 161 mulheres e 54 velhos. Contabilizam-se 37.124 vítimas fatais da ofensiva militar de Israel. Esses números tendem a crescer mais e mais, uma vez que o objetivo de liquidar o Hamas e tomar posse da Faixa de Gaza implica a matança dos palestinos.

A decisão de passar por cima de milhares de corpos para o Estado sionista apossar-se dessa parte do que restou do território palestino expressa a estratégia do genocídio. O sionismo tem como fundamento histórico o domínio integral da Palestina, a expulsão e matança generalizada de palestinos, bem como sua total submissão pelo poder das armas e da economia. A anexação passo a passo da parcela territorial que permaneceu na Faixa de Gaza e Cisjordânia é a condição de manutenção e afirmação do Estado sionista frente aos Estados árabes e ao Estado persa.

Na Faixa de Gaza, o cerco econômico, social e militar expressa mais claramente que a estratégia do expansionismo conduz ao genocídio. Isso por que o Hamas e outras organizações da jihad islâmica ofereceram resistência armada, embora infinitamente inferior ao poderio do Estado de Israel. Na Cisjordânia, graças ao fraudulento acordo de Oslo e a instituição da Autoridade Palestina completamente submissa aos desígnios do imperialismo, a anexação vem sendo feita pela implantação do colonato judeu. O massacre de palestinos na Cisjordânia se distingue apenas em grau do da Faixa de Gaza.

O governo de Netanyahu e a sua coligação são o resultado de 76 anos de choques e ações expansionistas de tomada de terras dos palestinos. A fração da burguesia sionista que chegou a conceber uma coexistência pacífica com os palestinos sob as condições dos acordos de Oslo se encolheu. O assassinato de Yitzhak Rabin, que foi 1º de Ministro de Israel, pelo judeu Yigal Amir ultrassionista em 1995, refletiu a resistência a qualquer tentativa de permitir um Estado palestino, ainda que na forma caricatural e subordinada ao militarismo israelita, como previa o acordo de Oslo.

O governo de Shimon Peres, pelo Partido Trabalhista, por sua vez, fracassou no objetivo de dar sequência à linha de Rabin e administrar o confronto com os palestinos nos marcos dos acordos de Oslo e da orientação dos Estados Unidos. A criação do partido Likud (Consolidação) em 1973, sob a liderança de Menachem Begin, radical defensor da dominação total do Estado sionista de Israel sobre o território palestino, definiu o curso que tomaria o choque

com o povo palestino. A aliança do Partido Trabalhista com o Likud aplinou o caminho para o fortalecimento da liderança de Netanyahu e ampliou o poder político da ala sionista claramente opositora a um Estado palestino e defensora do expansionismo territorial pela via do genocídio. Como dessa plataforma, definiu-se pela anexação integral de Jerusalém. O fracasso dos acordos de Oslo e, neste marco, a capitulação do Fatah-OLP, sob a direção de Yasser Arafat, debilitou a luta do povo palestino contra o colonialismo sionista-imperialista e pela sua autodeterminação.

É fundamental estabelecer a base material e histórica desse processo que, no presente momento, configura com absoluta clareza o caráter genocida da criação do Estado sionista de Israel em 1948 pela ONU. A admissão pela ONU do objetivo do movimento sionista gestado no final do século XIX ocorreu nas condições da Primeira e Segunda Guerra Mundial. A dominação imperialista pela Inglaterra e Estados Unidos responde historicamente a artificial criação do Estado sionista na Palestina. Não seria possível ao movimento concebido e organizado por Theodor Herzl impor aos palestinos um Estado de fora para dentro se não fosse a divisão do mundo oriunda das duas guerras mundiais. O povo palestino foi uma das vítimas mais duramente atingida pelas novas condições de dominação do Oriente Médio pelo imperialismo inglês e norte-americano. Os Estados Unidos, em particular, viram na criação do Estado de Israel a possibilidade de ter um enclave em meio ao convulsivo Oriente Médio. Eis por que o financiamento e o armamento ao Estado sionista foi e tem sido seu sustentáculo. Certamente, tem importância a contribuição da aliança imperialista forjada pelos Estados Unidos. Os fracassados acordos de Oslo resultaram dessa aliança. Os embates entre as tendências internas ao sionismo israelita – Partido Trabalhista, Likud etc. - refletiram as pressões do imperialismo nas condições de choques na Palestina e no Oriente Médio. A fração francamente empenhada na anexação integral da Palestina se potenciou com a ajuda dos Estados Unidos e aliados. O Likud e o governo de Netanyahu devem sua ascensão ao poder do Estado ao imperialismo.

A necessidade do Estado sionista – embrionário em 1948 – se expandir não só diante da resistência dos palestinos, mas também dos libaneses e sírios, sobretudo, está determinada pelas forças produtivas. Era impossível criar o Estado de Israel e um Estado palestino como foi decidido pela ONU. A resistência palestina e árabe pelo menos até o acordo de Oslo, seguida de massacres, evidenciou essa impossibilidade histórica. Com o acordo de Oslo e seu fracasso, ficou patente de uma vez por todas que a natureza do Estado sionista se assentava na dominação e na opressão nacional. Ou os palestinos se renderiam, ou pagariam com sangue. Os

sionistas, tanto de ultradireita quanto de centro-esquerda, se negaram a admitir a via do genocídio. O massacre na Faixa de Gaza se processa contra uma população empobrecida, castigada pelo cerco econômico e desarmada.

A resistência do Hamas e outras organização islâmicas sempre foi infinitamente inferior e completamente incapaz de derrotar a poderosa Força de Defesa de Israel. A sua operação militar em 7 de outubro de 2023, que resultou na morte de 1194 judeus e captura de 251 reféns, serviu de motivo para o Estado sionista ir adiante com sua estratégia genocida. Os Estados Unidos e a aliança imperialista são os responsáveis, em última instância, por essa estratégia materializada sob o governo do Likud.

A bandeira de “direito de defesa”, tão propalada pelo governo Biden, mascarou inicialmente a estratégia do genocídio. Depois de oito meses de bombardeios, invasão, cerco alimentar, destruição das condições hospitalares, remoção de mais de um milhão de palestinos do norte para os sul e proliferação de acampamentos de refugiados, Netanyahu e seus militares realizam a limpeza no sul, ocupando Rafah. Essa investida é lançada quando a maioria dos países já condenou a carnificina e exigiu um cessar-fogo. Na ONU, se aprovou uma moção de fim da matança de civis. Nada que se faça na Corte Internacional de Justiça e no Tribunal Penal Internacional, organismos da ONU, para barrar a matança de civis tem qualquer efeito prático. O jogo de Biden em torno a um acordo de cessar-fogo cai por terra a cada nova investida das Forças de Defesa de Israel, que resulta em matança coletiva.

Quatro reféns foram libertados no acampamento de refugiados de Nuseirat à custa de 274 palestinos mortos. A imprensa deu maior publicidade a alegria das famílias dos reféns e diminuiu ao máximo o significado do assassinato em massa de civis. No momento em que o secretário de Estado norte-americano, Antony Blinken, se dirigia a Israel, mais 40 palestinos pagaram com a vida a luta por sua autodeterminação. Em pouco dias, o genocídio acrescentou em sua conta 314 mortos. Logo mais, o Estado sionista, Estados Unidos e aliados se responsabilizarão por 38 mil palestinos liquidados. A aprovação no Conselho de Segurança da ONU, no dia 10 de junho, da resolução apresentada pelos Estados Unidos para um cessar-fogo em Gaza se fez sobre mais uma pilha de mortos. O cinismo do imperialismo norte-americano não tem limites. As armas e o financiamento da Casa Branca ao Estado sionista estão impressos nos corpos de homens, mulheres, crianças, adolescentes e velhos palestinos. Os Estados Unidos jamais se livrarão da responsabilidade do genocídio, assim como a Alemanha carrega o pesado fardo histórico do Holocausto, voltado a eliminar os judeus.

A impunidade e a liberdade com que o governo de Netanyahu, apesar de sua crise política – acaba de renunciar Benny Gantz, do gabinete de guerra -, se deve não apenas ao apoio do imperialismo, mas também da convivência da feudal burguesia árabe, da Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes, Jordânia e Catar. Deve-se também aos governos críticos à matança que em sua maioria continua mantendo relações econômicas e diplomáticas com Israel, a exemplo do Brasil. Mas o fundamental do combate ao genocídio e à defesa da nação oprimida se deve ao movimento de massa que se ergueu em várias partes do mundo desde o início da guerra iniciada pelo Estado sionista na Faixa de Gaza.

Os explorados e jovens ganharam as ruas sob a bandeira de fim da intervenção de Israel e pelo direito à autodeterminação do povo palestino. Constituiu-se um movimento de frente única anti-imperialista. Os acontecimentos mostraram que não se pode esperar de Estados e governos críticos da política de Israel, e muito menos da ONU, uma resolução em favor da Palestina. O problema está em que a mobilização internacional esbarrou na ausência de uma direção capaz de travar consequentemente a luta anti-imperialista e a defesa da nação oprimida. Os Estados Unidos passaram a se utilizar da velha manobra de um acordo que preveja a constituição de dois Estados. Volta-se à farsa de Oslo, para respaldar o massa-

cre dos palestinos. É visível a influência política desse jogo sobre o movimento, que enfraqueceu nos últimos meses, quando deveria se fortalecer.

As ilusões de que o movimento poderia encontrar um caminho democrático para alcançar um cessar-fogo se esgotaram diante da prepotência militar do Estado sionista e da matança. A ação das massas mostrou o caminho para barrar o genocídio, mas, ao mesmo tempo, evidenciou a ausência de direções revolucionárias que pudessem centralizar o movimento internacional no terreno do combate anti-imperialista e anticapitalista.

A gravidade da situação se encarregou de pôr à luz do dia que se tratava não apenas de uma guerra de dominação numa pequena porção do Oriente Médio, mas também de um acontecimento vinculado à crise mundial do capitalismo, e, especificamente, à guerra na Ucrânia e o choque entre os Estados Unidos e a China. Está aí por que o conflito de Israel e Estados Unidos com o Irã conflui com a tendência da escalada bélica na Europa e na Ásia. A projeção internacional da OTAN dá a dimensão dos perigos de se chegar a uma guerra regional que pode evoluir para o nível mundial.

O Partido Operário Revolucionário, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), não descuidou de um só segundo da luta internacional em defesa do povo palestino. Sob o programa estratégico de uma República Socialista da Palestina e dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio, o POR tem trabalhado nos comitês e participado disciplinadamente na organização das manifestações. Este Manifesto que denuncia a maior matança na Faixa de Gaza em poucos dias faz um chamado às direções sindicais e políticas que se reivindicam dos trabalhadores a romperem a passividade e erguerem imediatamente uma nova onda de mobilização em todo o país, mais alta e mais poderosa. Essa deve ser a luta do internacionalismo proletário.

Pelo fim do genocídio do povo palestino!

Pela retirada imediata e incondicional das Forças de Defesa de Israel da Faixa de Gaza!

Pela autodeterminação dos palestinos!

Por uma República Socialista que una judeus, palestinos e árabes!

Intervenção do POR nos atos contra o genocídio

Pernambuco**Ato em defesa da Palestina em PE enfrenta mais uma vez o bloqueio da PM**

No dia 08 de junho aconteceu no centro de Recife o ato em defesa da Palestina, convocado pelo Comitê de Solidariedade à Palestina de Pernambuco, com participação do POR, PCO, Faísca, PCBRR, CSP-Conlutas, PT e Comitê da Paraíba em defesa da Palestina. Mas, o fato é que não houve ampla convocação da classe operária e demais oprimidos para marcharem nas ruas contra a guerra de Israel, que financiada pelo imperialismo norte americano promove o genocídio do povo palestino.

O ato não foi massivo, por isso foi avaliado se havia condições de marchar em sentido ao Consulado Americano. PSTU, Faísca e alguns se posicionaram por permanecer parados. Diante da divergência foi aberto votação sobre a condução do ato, a maioria votou por marchar. A polícia a mando do governo Raquel Lyra, mais uma vez, impedia com bloqueio qualquer acesso dos manifestantes à frente do prédio. Foi importante a decisão do movimento por marchar, pois apesar de pequeno era expressivo, e serviu para denunciar nas ruas a ação protecionista do governo do Estado ao imperialismo.

O POR atuou com distribuição de manifesto, divulgação de publicações e falas. Denunciamos a farsa da teatralização da ONU, que diz condenar ao massacre de Israel na Palestina, mas na prática os EUA mantêm o financiamento e avanço da guerra. Enquanto isso, a atuação passiva das direções dos sindicatos e centrais sindicais contribui com o esvaziamento dos atos de rua

em defesa da Palestina, pois não convocam à maioria oprimida a se chocarem com o imperialismo que impõe medidas de ataques aos direitos, como as contrarreformas trabalhista, previdenciária e Novo Ensino Médio. O presidente da CUT-PE fez fala de lamentação ao tamanho do ato e ao local (dizendo que não é um espaço que dialoga com o povo), mas em nenhum momento fez referência ao que a CUT está fazendo para que o povo se levante contra o genocídio do povo palestino. Mesmo diante da Greve da Educação Federal, que se choca com o Arcabouço Fiscal e reivindica a revogação das contrarreformas, não há avanço no sentido da constituição de uma frente anti-imperialista, que aponte a necessidade de as direções sindicais convocarem os explorados a tomarem às ruas na defesa dos salários, empregos e direitos. Será com a luta dos explorados no Brasil que fortaleceremos a resistência na Palestina. A governadora Raquel Lyra (PSDB) ao enviar a PM mostra que todo governo burguês só serve para proteger os interesses do capital financeiro. Por isso, as intervenções do POR foram de defesa dos métodos próprios da classe operária para responder à violência do imperialismo e sionismo colonialista de Israel. A violência de Israel é a violência do capital financeiro, que diante das crises do capitalismo expressa sua barbárie. Para enfrentar esta barbárie é urgente a defesa da Revolução Socialista, que derrube a burguesia e constitua um governo Operário e camponês. Este é o caminho para o enfrentamento do genocídio do povo palestino.

São Paulo**Balanço do ato em São Paulo contra o genocídio palestino, diante dos 8 meses de matança em Gaza**

Ocorreu, no domingo (9 de junho), na capital paulista, mais um ato contra o genocídio dos palestinos, praticado pelo Estado sionista de Israel. A atividade foi convocada pela Frente Palestina – SP, sob as palavras-de-ordem “Parar o genocídio em Gaza! Romper relações com Israel!”. Estava marcada inicialmente para ocorrer na Praça Oswaldo Cruz, na região da Avenida Paulista. No entanto, diante da notícia de que os bolsonaristas se reuniram no mesmo dia e perto do local programado (ato que, diga-se de passagem, foi bastante esvaziado), a direção da Frente decidiu pela mudança para a inexpressiva Praça Estado da Palestina, local completamente isolado - uma decisão sem sentido, considerando a enorme importância do combate ao genocídio em curso. O POR chegou a defender que, se fosse o caso de mudar o local, que fosse no centro histórico da cidade, local que tradicionalmente é utilizado pelos movimentos de trabalhadores, mas a proposta foi rechaçada. Compareceu pouco mais de uma centena de manifestantes, sendo a maioria de militantes das correntes de esquerda e movimentos/entidades, além de uma parcela de membros da comunidade árabe-palestina.

O chamado foi justificado, corretamente, pelos 8 meses de massacre. O Estado sionista estava lançando uma poderosa ofensiva sobre o sul de Gaza, em especial sobre Rafah, o que se deu dias após a condenação de Netanyahu no Tribunal Penal Internacional, e dia após a Corte Internacional de Justiça ter ordenado que cessassem os bombardeios.



O POR distribuiu o seu panfleto no ato, defendendo o cessar-fogo imediato, além de alertar os explorados quanto às ilusões nos organismos da burguesia, como a ONU e os tribunais manipulados pelo imperialismo. O manifesto concluía com o chamado à superação da passividade imposta pelas direções, fortalecendo as manifestações e construindo a frente única anti-imperialista, pela autodeterminação do povo palestino - luta que devia e deve se colocar pela estratégia da República Socialista da Palestina, como parte dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. O POR teve direito a fala ao microfone, tendo expressado, em linhas ge-

rais, o conteúdo do manifesto distribuído no ato (ver transcrição abaixo).

Transcrição do pronunciamento do POR no ato:

“Boa tarde, companheiros, companheiras. Sou militante do Partido Operário Revolucionário.

Estamos novamente aqui dando todo o nosso apoio à luta dos palestinos contra esse genocídio. Genocídio que tem sido transmitido ao vivo para o mundo todo. E há, diante do imperialismo, a grosso modo, uma divisão em dois grandes campos: de um lado, um setor mais descarado, que defende liquidar mesmo a resistência palestina, afogando a resistência em sangue, como a gente tem visto. Essa corrente é a que tem prevalecido, porque o banho de sangue está sendo mostrado para todo mundo - e continua, o que é o mais doloroso. Do outro lado, tem outra ala, hipócrita, que se utiliza dos organismos internacionais, mas que, na verdade, joga no mesmo campo. É tudo farinha do mesmo saco! A gente está cansado da teatralização da ONU! Nenhuma saída progressiva para esse conflito virá desses organismos! A ONU e seus tribunais não só não são parte da solução, como são parte do problema. O imperialismo, nesse momento, se lança num banho de sangue contra a Palestina, e o que se vê são esses discursos, às vezes inflamados, mas com uma prática que é de convivência com o genocídio.

Ao mesmo tempo, aqui no Brasil, nós vemos o governo Lula numa posição em que condena corretamente como um genocídio o que está se passando lá, manda embora o seu diplomata da embaixada de Israel, em Tel Aviv, porém, segue a posição dos Estados Unidos, em uma posição bastante ruim, diante da matança.

O mais importante, companheiros e companheiras, é apontar a saída. De que maneira vamos combater o genocídio? Não tem outro caminho, a não ser impulsionando as tendências de luta, impulsionar a resistência onde ela está montada; e impulsionar a luta dos oprimidos passa por defender as suas reivindicações elementares, contra todas as guerras de dominação, numa luta anti-imperialista.

Nós, do POR, comparecemos a esse ato defendendo: é necessário erguer uma frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária e com seus métodos. Os estudantes americanos apontaram um caminho: a resistência passa pela ocupação, pelas greves e pela resistência armada, inclusive. Nós temos que impulsionar as lutas no campo da independência de classe, pois é por esse caminho que a gente vai derrotar não só o genocídio, mas a política daqueles que estão por trás da guerra, que são os Estados Unidos, que têm as mãos sujas de sangue, por conta do que está se passando lá e no mundo todo.

Fora os Estados Unidos do Oriente Médio! Por uma frente única anti-imperialista, em defesa da autodeterminação do povo palestino!

Nós do POR defendemos: essa luta tem de passar pela linha estratégica de constituir a República Socialista da Palestina, como parte da constituição dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio!

Por fim, deixo aqui um convite: no dia 23, nós do POR vamos fazer um curso de formação política aberto. Nós vamos estudar a obra do Abraham Leon, “A concepção materialista da questão judaica”. Estamos convidando os companheiros à discussão. Essa atividade é parte da nossa campanha em defesa do povo palestino e pelo fim da matança em Gaza. Obrigado.”

Argentina - Editorial

A crise de Milei é a de toda a burguesia, do capitalismo esgotado

Completam-se 6 meses do governo Milei num contexto de agravamento de sua crise, que é a crise da burguesia em todos os campos. Vamos rever os fatos mais destacados.

O ato de 25 de maio em Córdoba, pomposamente convocado como “Pacto de Maio”, em 1º de março na abertura das sessões legislativas, para um “contrato social”, para estabelecer uma “nova ordem econômica argentina”, com “10 princípios”, do qual os governadores participariam, fracassou. A condição era que a Lei de Bases tivesse sido aprovada previamente. O evento foi realizado em uma praça esvaziada, com menos de 6 mil pessoas, sem os governadores.

O Congresso não pôde colocar o DNU em votação na Câmara de deputados por medo de uma derrota. Em meados de março, foi rejeitado no Senado. Enquanto isso, os efeitos permanecem em vigor, exceto os que estão parados na Justiça.

Precisou reduzir a Lei Ônibus de 664 artigos para 232 para conseguir sua aprovação pelos deputados e agora segue para a aprovação no Senado com modificações. Continua sendo uma lei antinacional e antioperária, modificada para conseguir o apoio de governadores e parlamentares.

Teve que adiar aumentos de tarifas e manter subsídios que havia prometido eliminar, por medo da crescente rejeição popular.

Não pôde remover o “cepo” (restrição à compra de moedas estrangeiras) sobre o dólar exigido pelo FMI e pelas empresas, que é seu objetivo declarado. Somente poderia fazê-lo, se a evolução da cotização do dólar fosse sustentável. O dólar paralelo teve sua primeira corrida, que ainda não terminou. Não pôde eliminar o imposto que subiu para 17,5%, porque representa uma arrecadação da qual não pode prescindir.

Os efeitos pretendidos com a forte alta do preço do dólar em 118%, quando Milei assumiu o cargo, já desapareceram devido à alta da inflação. Para voltar ao patamar de dezembro, precisa provocar uma nova desvalorização.

A arrecadação de impostos caiu em termos reais devido à recessão provocada. A dívida cresceu de forma extraordinária, mais de 43 bilhões de dólares em 4 meses. Aumenta a certeza de que nem mesmo com os monumentais ajustes que foram feitos será possível pagar a dívida externa e se caminha para um novo calote.

Todos os indicadores da economia mostram queda em relação ao ano anterior e nenhum sinal de recuperação aparece.

A CGT já contabiliza cerca de 370 mil demissões no país, com tendência de piora nos próximos meses.

Segundo a UCA (Universidade Católica), a pobreza subiu 55,5% no primeiro trimestre: já atinge quase 25 milhões de argentinos, sendo 8 milhões em situação de extrema pobreza.

Demitiram Posse, o chefe de gabinete, e o chefe de inteligência Silvestre Sívori, com graves acusações de espionagem a membros do gabinete.

50 funcionários da linha de frente renunciaram ou foram demitidos.

Devido à recusa a pagar 40 milhões de dólares em dezembro pelos compressores, que teriam dobrado a distribuição de gás, navios de gás tiveram de ser importados com urgência, gastando 500 milhões e deixando durante vários dias sem fornecer gás para as indústrias e postos de GNV.

Estourou a denúncia contra sua ministra Pettovello por não entregar mais de 5 mil toneladas de alimentos nos armazéns de seu ministério prestes a vencer, enquanto as cozinhas comunitárias reclamam há meses porque não recebem alimentos. Os principais funcionários de sua pasta pediram demissão. De la Torre e toda sua equipe foram denunciados por corrupção.

Esta breve revisão dos acontecimentos recentes mostra o grau da crise econômica, política e social. Mas o acontecimento mais importante é o levante liderado pelos missionários (da província de Misiones) durante quase duas

semanas, uma rebelião que começou com as reivindicações salariais mais básicas e contra os aumentos das taxas, e que se tornou política, questionando o governo e o legislativo, quebrando o poder repressivo do Estado, antecipando a rebelião em outras províncias.

A rebelião está dizendo que a burguesia está esgotada, que o capitalismo está exaurido, que não só não consegue satisfazer e resolver as necessidades mais imediatas dos oprimidos, mas que a cada dia que passa agrava mais e mais as condições de vida e de trabalho. As ameaças de repressão multiplicam a raiva. Seus partidos políticos, suas instituições, estão podres e decompostas, não há como reformá-las ou resgatá-las.

É fundamental preparar as lutas, realizar plenárias, reuniões, assembleias, garantir a maior participação nas mobilizações, garantir a máxima contundência das greves, para derrotar a Lei Bases e todas as políticas de Milei. Devemos aproveitar para começar a debater como nós trabalhadores vamos governar, como vamos tomar as rédeas do país, como vamos acabar com a fome, a pobreza e o desemprego, como vamos acabar com as dívidas e a grande concentração da propriedade privada em pouquíssimas mãos.

(Extraído do Jornal Massas, nº 458. Órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Argentina

A Lei Bases Milei e das grandes corporações foi aprovada no Senado Mobilizações massivas de rejeição em todo o país e forte repressão

As políticas de violento ataque às condições de vida e de trabalho, de pilhagem do país, encontraram forte resistência desde o início, com greves e mobilizações extraordinárias em todo o país. O protocolo repressivo não conseguiu conter a raiva e a resistência geral. A forte resistência fez o governo recuar, mas conseguiu que a Lei Bases fosse aprovada no Senado.

A Lei, reduzida a pouco mais de 200 artigos e com importantes modificações que foram feitas até a última hora para garantir votos, continua a ser uma Lei antinacional e antioperária. O governo com apenas 7 senadores conseguiu a aprovação, alcançando os 36 votos necessários. Contribuíram os blocos do PRO, radicais, provinciais e também senadores peronistas.

A grande mídia trabalhou para que o governo avançasse com sua política, exigindo que lhe dessem as “ferramentas”

para governar. Como se não soubéssemos que objetivos tem o governo, como se já não tivesse feito tanto estrago com suas decisões. Pediram que aprovassem “as leis de que precisa”. Garantem que é assim que os investimentos virão. Boa parte dos governadores e legisladores defendem a demanda das grandes corporações nacionais e estrangeiras, dos abutres do capital financeiro. Não representam seus eleitores, representam aquele poder econômico que quer aproveitar a crise para avançar com a rapina e o saque.

O governo usou todos os recursos do Estado para conseguir as adesões, escandalosamente comprou o voto da senadora Lucila Crexel, de Neuquén, que já estava nomeada para a UNESCO em Paris com salário extraordinário e despesas de viagem. A máquina da corrupção funcionou a todo vapor, oferecendo financiamento para obras nas províncias

As centrais sindicais, CGT e CTAs devem responder imediatamente com a convocação de uma greve geral para repudiar a brutal repressão contra os trabalhadores, os movimentos piqueteiros, contra a juventude e convocando toda a população a se manifestar contra tal ataque às liberdades democráticas. Não é com declarações e discursos que se detém a repressão.

que antes estavam canceladas. Senadores denunciaram extorsão e ameaças para condicionar seu voto. Repete-se o que já aconteceu no passado com o “banelco” ou com os “diputruchos”. As empresas contribuíram para conquistar os votos e houve a adesão de governadores, de forma que a pressão foi muito forte. Os partidos políticos e as instituições estão podres e decompostas.

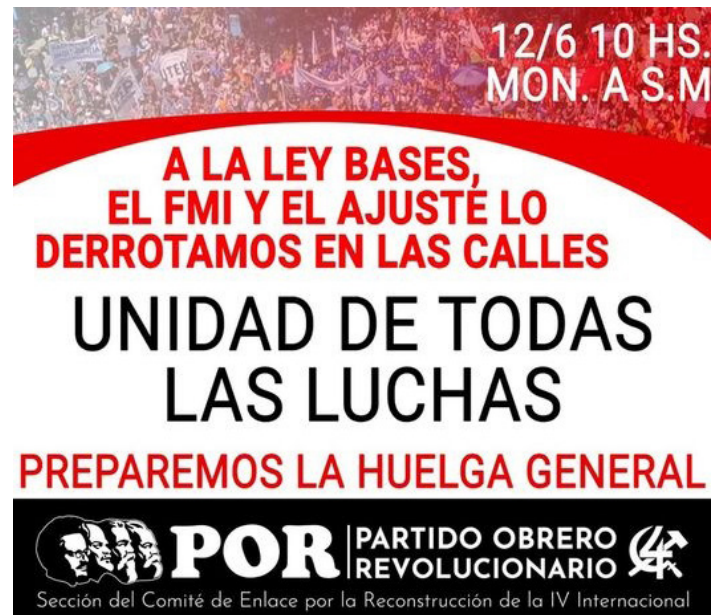
Desde a véspera, foi erguida uma cerca fechando o acesso ao Congresso para que ninguém se aproximasse, e com forte presença de forças repressivas, muito agressivas contra os manifestantes, e com sérias provocações que visavam limpar as praças para quando chegasse a hora da votação. O custo político dessa repressão brutal é extraordinário, as imagens rapidamente rodaram o mundo mostrando um governo ditatorial, desesperado, espancando os manifestantes à queima-roupa, até jogando gás em deputados que vinham pacificamente dialogar com os repressores.

Ao meio-dia, as praças já estavam cheias, toda a Avenida de Maio até a 9 de Júlio se achavam ocupada pelos manifestantes com colunas esperando para entrar. Outras colunas tentaram entrar por Callao ou Entre Ríos, outras pelas ruas laterais. Se misturavam as colunas de organizações piqueteiras, peronistas e de esquerda, assim como de sindicatos militantes e os liderados pela burocracia. Os metalúrgicos da UOM organizaram uma coluna com delegações de várias seções. Os sindicatos aeronáuticos montaram sua coluna na Rivadavia. A decisão repressiva foi para esvaziar as praças com canhões de água, com gases, balas de borracha, causando vários feridos e presos.

Só um governo miserável, desnordeado e à deriva, poderia lançar a acusação de terroristas contra os manifestantes que teriam querido levar a cabo um golpe. Declarações perigosas que repudiamos.

As centrais sindicais, CGT e CTAs devem responder imediatamente com a convocação de uma greve geral para repudiar a brutal repressão contra os trabalhadores, os movimentos piqueteiros, contra a juventude e convocando toda a população a se manifestar contra tal ataque às liberdades democráticas. Não é com declarações e discursos que se detém a repressão.

A crise do governo de Milei é a de toda a burguesia, do capitalismo que está exaurido. Todos os dias se agravam as nossas condições de vida e de trabalho, leva-nos à barbárie. O levante protagonizado pelo povo da província de Misiones, que começou com reivindicações salariais mais básicas e contra os aumentos das taxas, transformou-se em uma re-



belião política que questionou o governo e o legislativo, e enfrentando o poder repressivo do Estado. É um prenúncio da rebelião em outras províncias.

A mobilização e a rejeição popular, em todo o país, são muito importantes, mas é preciso saber que há interesses econômicos muito poderosos que agiram para conquistar os votos para a sua Lei. Não tínhamos nenhuma expectativa de que a lei pudesse ser derrotada no Congresso, que é um covil de bandidos. Somente a ação direta das massas pode garantir a derrota das políticas de Milei.

Apelamos à confiança em nossa própria força, em nossa organização, em nossos próprios métodos de luta. Continuemos preparando desde a base as condições para que as greves e mobilizações sejam cada vez mais poderosas. Com plenários, reuniões e assembleias, escolhendo os melhores delegados, recuperando os sindicatos para a luta, é que debateremos como se preparar para governar, acabar com a fome e a pobreza, com o desemprego e com a precariedade trabalhista, e como recuperar os salários e aposentadorias.

A CGT e os CTAs devem convocar uma greve nacional ativa para pôr fim às políticas antinacionais e antioperárias daquele punhado de poderosos grupos econômicos, do capital financeiro, que apoiam Milei. Temos de nos preparar muito bem desde as bases para essa longa luta.

Rejeitamos qualquer ideia de que a Milei deve ser derrotado nas eleições do ano que vem ou daqui a 3 anos, rejeitamos qualquer ideia de substituí-lo “institucionalmente”, ou que o caminho seja o de uma aliança no Congresso.

Para não desviar nossa luta e nos levar a uma nova frustração, devemos tomar o poder em nossas próprias mãos, para ignorar a dívida externa e o programa do FMI, para recuperar todos os recursos energéticos, mineração, rios, portos etc., acabar com o parasitismo dos bancos e da oligarquia latifundiária. A classe operária e a maioria oprimida devem montar uma frente única anti-imperialista que lute por essa política que nos torna politicamente independentes da burguesia.

(Nota do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

13 de junho de 2024

Chile

Quinze anos do falecimento de Guillermo Lora Escobar

A classe operária boliviana, e os operários chilenos que tiveram contato com ela, não podemos esquecer o conseqüente revolucionário proletário, que dedicou toda a sua vida à causa do marxismo-leninismo-trotskismo, levantando as bandeiras do bolchevismo como única alternativa para a libertação da classe operária e dos oprimidos do jugo capitalista internacional, regime que deve ser sepultado pela revolução proletária.

Para isso é necessária a construção dos partidos proletários revolucionários nacionais, seções do Partido da Revolução Socialista Mundial. Este partido não pode desistir dos objetivos históricos do proletariado revolucionário mundial. Contra toda forma intermediária de capitulação, revisionista e reformista do estalinismo, bem como do nefasto centrismo pseudotrotskista, que capitularam diante das burguesias nativas e do imperialismo.

A assimilação das formulações do socialismo científico, permitiu que nos colocássemos na vanguarda operária, transpondo nosso instinto de classe para a consciência revolucionária, em permanente luta contra o capitalismo decadente e apodrecido. Nossas bases fundamentais foram mantidas, sustentadas no conhecimento do Manifesto Comunista de Marx e Engels, no Que Fazer? de Lenin, no Programa de Transição de Trotsky e na Obra de Guillermo Lora, indispensáveis para compreender e tomar o único caminho que pode orientar e conduzir à revolução proletária. Esses pilares nos sustentam na luta permanente contra a burguesia e todas as teorias pequeno-burguesas que mantêm a classe operária, o povo e as nações sob o capitalismo atrasado, sob a desprezível superexploração do trabalhador e de outras camadas oprimidas, submetidas ao jugo imperialista, num trabalho permanente por mais de cinquenta anos.

Prestamos nossa homenagem ao dirigente revolucionário da classe operária latino-americana e mundial, ao nosso mestre e guia para a emancipação da classe operária, ao dirigente da revolução proletária. Rememorar e aplicar os ensinamentos do camarada Lora, significa lutar sem desistir até o fim, pela tomada do poder e instauração da ditadura proletária, dando origem a uma nova sociedade socialista, que deve culminar em uma sociedade sem classes. Isso quando a produção obtida pelo trabalho humano chegar a cada um de acordo com suas necessidades, ou seja, quando a humanidade conseguir criar uma sociedade baseada no comunismo.

A EDUCAÇÃO NÃO PODE E NÃO DEVE CONTINUAR SENDO PRIVATIZADA, PARA ATENDER AOS ANSEIOS ESTUDANTIS, LEVANTADOS NAS MARCHAS UNIVERSITÁRIAS DE 2011

A burguesia, classe dominante no sistema capitalista de produção, é incapaz de oferecer trabalho, moradia, educa-

ção, saúde à classe explorada e oprimida, ao proletariado produtor da riqueza, da mesma forma é incapaz de manter os trabalhadores auxiliares dos serviços públicos e privados.

Note-se que Sebastián Piñera Echenique, presidente da República em 2011, expressou categoricamente que a educação é um bem de consumo, o que isenta o Estado burguês dominante do dever de sustentá-la. No entanto, esse benefício vai contra o que a burguesia já considerou um direito democrático, numa sociedade dita democrática, que minimamente precisa educar sua população. Não esqueçamos que esse dever burguês foi sustentado e mantido pelo magnata, que obteve sua riqueza no cenário internacional, o Sr. Federico Santa María Carrera, e que doou sua riqueza para a construção da Universidade Técnica Federico Santa María, nomeando como executor a Agustín Edwards Mc Clure e Andrew Geddes, que criaram a Fundação Federico Santa María em 27 de abril de 1926, cumprindo as cláusulas do testamento.

Da mesma forma, o magnata da navegação Ricardo Claro doou sua riqueza à Universidade Católica do Chile. Para educar o proletariado na futura industrialização do país, formando pessoas que não têm capacidade econômica, e assim aproveitar aquela inteligência necessária para uma futura industrialização que nunca chegou, e que hoje está mais longe de alcançar.


A ideia era formar os mais miseráveis e colocá-los em posições intermediárias, usando-os para manter a exploração acima daqueles que não atingiram esse nível e manter o sistema da produção burguesa, atualmente em total e pútrida decadência, impossibilitando tirar o país do atraso. No



RS\$5

**Adquira
com o
distribuidor
do Massas:**

Trotsky e Nós

—
Guillermo Lora



Chile, se mantém os resquícios pré-capitalistas e a preservação da opressão internacional imperialista, que hoje continua a empregar os métodos de extermínio de seres humanos, como está acontecendo na Ucrânia e no genocídio de palestinos em Gaza.

Na corrida imperialista para se apoderar dos recursos naturais, este não hesitará em apertar um botão e acabar com a humanidade. A corrupção e a decadência do capitalismo só podem ser detidas pelo proletariado unificado com todas as camadas sociais oprimidas, unificando todos os lutadores pela liberdade numa Frente Revolucionária Anti-imperialista. A única solução: Revolução Proletária Vamos reconstruir a Quarta Internacional.

Comitê de Construção do Partido Operário Revolucionário.

OS GOVERNOS DA DITADURA MILITAR E CIVIL NO CHILE, QUE PERMANECEM NO PODER HÁ MAIS DE CINQUENTA ANOS, CONTINUARÃO A REPRESENTAR A DITADURA BURGUESA CONTRA A CLASSE OPERÁRIA E AS MAIORIAS OPRIMIDAS DA NAÇÃO

O governo militar, seus substitutos civis, de Aylwin a Boric, representam os interesses da lacaia burguesia nacional e principalmente da burguesia imperialista.

O que chamam de conta pública anual é uma lorota diametralmente oposta ao que seu programa disse, levantado durante a luta eleitoral entre adversários participantes da politicagem interburguesa. Todos são inimigos da classe operária e dos oprimidos, e defensores permanentes da Constituição do Pinochet, que não permite esquerdas e direitas, e que obriga todos à defesa da ditadura, que submete os partidos políticos e as suas instituições burguesas ao cumprimento dos mandatos do imperialismo ianque.

Não é por acaso que o atual governo, para se manter no poder, deve garantir os privilégios e a sujeição de toda a Nação chilena e o ancestral mapuche sob o jugo imperialista e subordinar-se à burguesia sem restrições. Os manifestantes que rotulam Boric como traidor são aqueles que votaram nele, porque a pseudo-esquerda levanta e continua levantando as bandeiras do eleitoralismo, em um país que não permite que ninguém levante e muito menos aponte que a saída só pode se dar mediante a destruição do regime político burguês.

A burguesia defendeu uma Constituição contrarrevolucionária, que não permite que a democracia burguesa seja usada como tribuna revolucionária. Nosso dever como vanguarda revolucionária é construir o Partido Operário Revolucionário, construir uma base na classe operária e guiá-la para atender à necessidade histórica da nação, que é pôr fim ao capitalismo decadente e apodrecido.

Em todo o mundo, vemos como as nações europeias estão em pleno declínio, e os analistas europeus observam com angústia como a Alemanha, um dos países mais fortes economicamente, chegou tão alto porque foi um dos países que mais se beneficiou do mercado comum europeu, por causa da desigualdade com os países mais atrasados daquele continente. Beneficiando França e Alemanha em detrimento da Irlanda, Grécia, Espanha e outros de capitalismo mais atrasado, analistas espanhóis apontam que a Alemanha está em déficit financeiro, argumentando “é o que sobra para nós”.

No entanto, todos os governos permanecem sob a bota capital financeiro e terão de pagar por créditos de guerra encolhendo orçamentos para trabalho, habitação, educação e saúde, contra os interesses da classe operária e oprimidos de todas as nações em benefício da produção industrial de armas envolvidas na matança mundial.

No Chile, o governo e instituições como a Marinha, segundo seu comandante-em-chefe, servem ao exercício norte-americano chamado RIMPAC 2024, sendo um orgulho para a Marinha e para o Estado do Chile. O orgulho se deve a que o país anfitrião, os Estados Unidos, os eleva à categoria anterior a 201 como Segundo Comandante

da frota da Orla do Pacífico. Mas, não dizem que, sob a bota do país anfitrião, Boric coloca o Chile a serviço do imperialismo. Isso depois do desastre das eleições primárias para trazer os candidatos a governador, prefeito e vereador no final do ano, onde os partidos burgueses convocaram seus militantes a escolher quem os representará, resultando em um fiasco para todo o espectro político burguês, com a suposta militância e adeptos sendo habilitados. Das aproximadamente 4.885.000 pessoas, 6,19% votaram, ou seja, 229 mil pessoas. A cara-de-pau da presidente do Partido Socialista, herdeira de Salvador Allende, manifestou-se contra o

governo, sendo sua aliada: “É vergonhoso que o Estado não invista na promoção da festa da democracia”. Ela faz parte desse Estado corrupto e decadente, que deve ser destruído para criar um Estado Proletário, não como defende Boric, que hoje viaja à Europa apontando que a Alemanha é um parceiro de grande interesse para o Chile.

(Extraído do Jornal Luta Operária, órgão do Comitê Construtor do Partido Operário Revolucionário do Chile)

A burguesia defendeu uma Constituição contrarrevolucionária, que não permite que a democracia burguesa seja usada como tribuna revolucionária. Nosso dever como vanguarda revolucionária é construir o Partido Operário Revolucionário, construir uma base na classe operária e guiá-la para atender à necessidade histórica da nação, que é pôr fim ao capitalismo decadente e apodrecido.

ADQUIRA ▶

COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS

R\$5

POR Partido Operário Revolucionário

Programa



Trotsky

32 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

No *Jornal Massas* 705, por ocasião dos 32 anos da derrocada da URSS, começamos uma exposição sobre a luta de Trotsky contra as forças restauracionistas. Utilizamos, como início, a exposição dos *Escritos de Trotsky*. No *Jornal Massas* 706, dedicamos o estudo ao Tomo I, vol. 3. No *Massas* 707, tratamos do Tomo 1, vol. 4. No *Massas* 708 expusemos dois artigos do Tomo II, vol. 1: “Aos Camaradas Búlgaros” e “Termidor e Bonapartismo”. No *Jornal Massas*, nº 709, resumimos o Tomo II, vol. 2: “Problemas do Desenvolvimento da URSS. Projeto de Teses da Oposição de

Esquerda Internacional sobre a questão russa”. No *Jornal Massas* 710, usamos o Tomo IV, vol.1: “Tarefas e métodos da Oposição de Esquerda Internacional”. No *Jornal Massas* 712, tratamos do Tomo IV, vol. 2: “É necessário construir Partidos Comunistas e uma nova Internacional”. No *Jornal Massas* 713, dedicamos ao Tomo V, vol.1: “A natureza de classe do Estado soviético”. No Tomo V, vol. 2, concluímos as formulações que se encontram no documento “A Guerra e a IV Internacional”, de 10 de junho de 1934. No *Massas* 715, expusemos as considerações de Trot-

sky que se encontram no Tomo VI, vol. 1, 1934-1935. O documento principal se denomina “O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo”. Fizemos referências a alguns artigos que o antecede. No *Massas* 716, concluímos o Tomo VI, vol. 1, 1934-1935 expondo o documento “O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo”, de 1º de fevereiro de 1935. Observamos que no Tomo VI, vol.2, 1934-1935, Trotsky retoma especificamente a questão da burocratização e do processo de restauração em apenas no texto “Outra vez sobre a questão do bonapartismo (...)”

“Outra vez sobre a questão do bonapartismo: O bonapartismo burguês e o bonapartismo soviético”

A utilização do conceito de termidor e de bonapartismo extraídos da experiência da revolução burguesa na França foi motivo de muita discussão. Vimos como Trotsky se deparou com a necessidade de rediscutir o fenômeno do termidor, inclusive como autocrítica, no documento “O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo”. No fundo, as divergências em torno a que ponto havia chegado o processo de burocratização do Estado operário e, portanto, a caracteri-

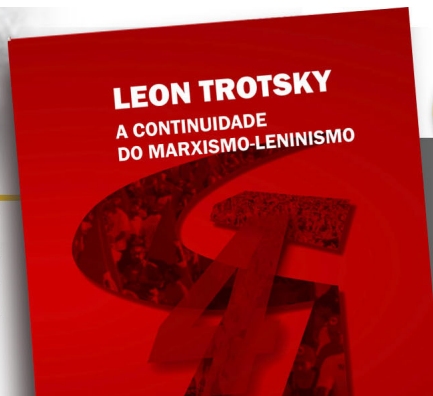
zação social da URSS independiam da analogia histórica que Trotsky recorreu para analisar a vitória do revisionismo estalinista sobre a Oposição de Esquerda. No entanto, uma vez que esse recurso foi utilizado, passou a ter importância na polêmica do ponto de vista concreto da aplicação conceitual. Os opositores de Trotsky, do campo antiestalinista, se apegavam a discussão abstrata, de forma que pela negativa se passou a ressaltar o valor concreto da analogia.

Publicado o livro:

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Como assinala o próprio Trotsky, a burocratização do Estado operário e o estabelecimento de uma força contrarrevolucionária em seu interior, eram completamente novos. O que exigia reconhecer o novo fenômeno no processo histórico em que já havia se manifestado na Revolução Francesa e demonstrado por Marx e Engels. As imperfeições da analogia, portanto, eram inevitáveis. Nem por isso deixavam de ter valor e importância no enfrentamento do terrível soviético e da constituição do regime de ditadura bonapartista. Trotsky em seus delineamentos político-programáticos revela-se profundo conhecedor das leis da história.

O artigo “Outra vez sobre a questão do bonapartismo. O bonapartismo burguês e o bonapartismo soviético” se inicia com a justificativa de que determinados críticos reclamavam que Trotsky se valia “demasiado extensa e diversamente o termo bonapartismo”. Trotsky mostra que inúmeros conceitos políticos (“democracia” e “ditadura”, “estado”, “sociedade”, “governo” etc.) são utilizados, tal qual terrível e bonapartismo, pelo marxismo. Isso por que são “conceitos econômicos já estabelecidos” e que o marxismo não tem porque não aplicá-los “aos novos fenômenos”. Evidentemente, a sua utilização exige cuidado e rigor. Diz Trotsky: “Devido ao risco de equivocar-se, o marxismo tem de definir em cada caso o conteúdo social do conceito e a tendência de sua evolução”.

Vejamos, então, a precisão conceitual: “Entendemos por bonapartismo o regime no qual a classe economicamente dominante, ainda que conte com os meios necessários para governar com métodos democráticos, se vê obrigada a tolerar – para preservar a sua propriedade – a dominação incontrolada do governo por um aparato militar e policial, por um ‘salvador’ coroado. Esse tipo de situação é criada quando as contradições de classe se tornam particularmente agudas; o objetivo do bonapartismo é prevenir as explosões. A sociedade burguesa passou mais de uma vez por épocas assim; mas eram, por assim dizer, somente ensaios. A decadência atual do capitalismo não só retirou definitivamente

toda a base de apoio à democracia; também revelou que o velho bonapartismo tornou-se totalmente inadequado; foi substituído pelo fascismo. No entanto, como ponte entre a democracia e o fascismo (em 1917 na Rússia, como ‘ponte’ entre a democracia e o bolchevismo), emerge um ‘regime pessoal’ que se eleva por cima da democracia e concilia com ambos os bandos, enquanto protege os interesses da classe dominante. Basta essa definição para que o termo bonapartismo esteja totalmente esclarecido”.

Trata-se, então, de entender o significado de “bonapartismo soviético”. A aplicabilidade corresponde ao fenômeno de que se constituiu no interior do Estado operário uma “burocracia como casta dominante, que se elevou por cima da democracia soviética, reduzindo-a a uma sombra de si mesma”. A casta burocrática estalinista usurpou “as funções políticas da classe dominante”, o proletariado. Trotsky identifica os “elementos bonapartistas do regime soviético”. Havia que tomá-los como um processo. Chama a atenção para o fato de que “a arte do pensamento científico consiste em determinar precisamente onde a quantidade se transforma em uma nova qualidade”. E conclui: “Na época de Lênin, o bonapartismo soviético era uma possibilidade; na época de Stalin se tornou em uma realidade”.

A ditadura estalinista confirma a existência do bonapartismo soviético, que ao mesmo tempo em que conserva as novas formas de propriedade passa a ser contraditoriamente um fator histórico de sua liquidação pela via da restauração capitalista. Trotsky acentua a importância do método da análise marxista que põe às claras o processo em curso. Os oponentes de Trotsky, agarrados ao esquematismo – “essa úlcera do pensamento” - , não poderiam compreender a dialética da caracterização do novo fenômeno, que era a burocratização e a degeneração da democracia soviética.

(As citações foram extraídas da obra Escritos, Leon Trotsky, Tomo VI, vol. 2, 1934-1935), Editorial Pluma)

LANÇAMENTO!

GUERRA NA UCRÂNIA

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40

GUERRA NA UCRÂNIA
 POSIÇÃO E RESPOSTA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

SOMENTE A CLASSE OPERÁRIA, ORGANIZADA, UNIDA E EM LUTA PODE FAZER FRENTE À ESCALADA BELICA E À GUERRA DE DOMINAÇÃO IMPERIALISTA

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

LANÇAMENTO!

PALESTINA

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40

PALESTINA
 GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

SOMENTE A CLASSE OPERÁRIA E OS DEMAIS TRABALHADORES, ORGANIZADOS, UNIDOS E EM LUTA PODEM DERROTAR O ESTADO SIONISTA DE ISRAEL, OS ESTADOS UNIDOS E ALIADOS

Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

Escute o Massas,
 podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas
 (Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.
 nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020